



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
GABRIEL HELENO DE ARIMATHÉA CARLOS

**A INFLUÊNCIA POLÍTICA DO CARDEAL DE RICHELIEU NO DECORRER DA
GUERRA DOS TRINTA ANOS**

Tubarão

2020

GABRIEL HELENO DE ARIMATHÉA CARLOS

**A INFLUÊNCIA POLÍTICA DO CARDEAL DE RICHELIEU NO DECORRER DA
GUERRA DOS TRINTA ANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Unidade de Aprendizagem Trabalho de Conclusão
de Curso em Relações Internacionais, do Curso de
Relações Internacionais, como requisito à
elaboração do trabalho monográfico.

Linha de pesquisa: Europa no século XVII,
Cardeal de Richelieu e Diplomacia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Neumann.

Tubarão

2020

GABRIEL HELENO DE ARIMATHÉA CARLOS

**A INFLUÊNCIA POLÍTICA DO CARDEAL DE RICHELIEU NO DECORRER DA
GUERRA DOS TRINTA ANOS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 24 de novembro de 2020

Professor e orientador Dr. Ricardo Neumann.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. Me. Luciano da Rocha Daudt.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Andreas Rodrigo Schenkel.
Especialista em História

RESUMO

O trabalho tem por objetivo analisar a influência do Cardeal de Richelieu nos desdobramentos da Guerra dos Trinta Anos. Para que se alcance o proposto, foi preciso contextualizar o conflito entre os Habsburgo e os Príncipes protestantes; entender em seguida o papel do Cardeal de Richelieu e relacioná-lo a sua atuação nos Tratados de Vestfália; e por último, analisar a ideia de “Razão de Estado”. Para tanto, utilizou-se o método de procedimento histórico; para a abordagem aplicou-se a qualitativa e quanto à parte técnica de pesquisa o bibliográfico e documental. Ao final do trabalho, verificou-se que as ações de Richelieu tiveram um significado importante para o cenário Europeu à época, influenciando uma nova era no continente com o surgimento de novos Estados pautados nas novas regras Internacionais criadas no contexto estudado. Não somente isso, mas entendeu-se que os eventos que ocorreram no decorrer dos séculos até a deflagração da Guerra permitem que seja traçado uma linha de ligação, mesmo que diretamente e indiretamente, com o resultado final do conflito.

Palavras-chave: Cardeal de Richelieu, Guerra dos Trinta Anos, Razão de Estado.

ABSTRACT

The purpose of the work is to analyze the influence of Cardinal de Richelieu in the outcome of the Thirty Years War. In order to achieve the proposal, it was necessary to contextualize the conflict between the Habsburgs and the Protestant Princes; then, understand the role of Cardinal de Richelieu and relate it to his role in the Westphalian Treaties; and finally, to analyze the idea of “State Reason”. For that, the historical method was used as for the procedure, for the qualitative approach was applied and for the technical procedures of research the bibliographic and documentary. At the end of the work, it was found that Richelieu's actions had an important meaning for the European scenario at the time, influencing a new era on the continent with the emergence of new States based on a new International rule created in the outcome. Not only that, but it was understood that the events that took place over the centuries until the outbreak of the War allow a line to be drawn, even if directly and indirectly, to the result of the conflict.

Keywords: Cardinal Richelieu, Thirty Years' War, Reason of State.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. O PASSADO DA GUERRA DOS TRINTA ANOS	12
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO	12
2.2 REFORMA PROTESTANTE.....	17
2.3 SACRO IMPÉRIO – PROJETO DE CARLOS V	21
2.3.1 Sacro Império Romano-Germânico: Origem	22
2.3.2 O Sacro Imperador Carlos V	23
2.3.3 Os Preparativos para a Guerra.....	25
3. GUERRA DOS TRINTA ANOS	28
3.1 PONTO DE RUPTURA.....	28
3.2 AS FASES DA GUERRA.....	29
3.2.1 Período Palatino-Boêmio (1618-1624)	30
3.2.2 Período Dinamarquês (1624-1629).....	32
3.2.3 Período Sueco (1630-1635).....	33
3.2.4 Período Francês (1635-1648)	36
4. O CARDEAL DE RICHELIEU	39
5. CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS.....	49

1. INTRODUÇÃO

A Guerra dos Trinta Anos foi com um conflito que deixou marcas na História das relações entre os Estados europeus. O fato da Guerra evoluir de um conflito religioso para uma guerra de interesses nacionais sendo protagonizada pelos Estados germânicos, Espanha e pelos países do Norte Europeu fez com que a Guerra se tornasse atrativa para os historiadores.

Mas a história da Guerra dos Trinta Anos é repleta de grandes motivações e é resultado do que fora sendo construído com o passar dos séculos. Com isso em mente, tem-se a figura da Igreja, que detinha força e importância frente aos demais Estados, mas neste conflito em específico, estava sendo posta de lado. O emprego da *raison d'état* – Razão de Estado – demonstrou o começo de uma mudança na mentalidade dos líderes, os quais passaram séculos sendo representantes e influenciados pela Igreja Romana neste período enfático.

Porém, por mais que aspecto político do conflito seja importante – a própria guerra e como os Estados lidaram com ela – é impossível discorrer sobre o tema sem realizar as devidas menções acerca do papel da Igreja e a forma como ela era percebida por outros reinados. Por anos a autoridade da Igreja era indiscutível, pois era vista como a representação da vontade de Deus no plano terreno. De certa forma, era a estrela-guia para diversos reinos no continente Europeu. Essa representação deu a ela notoriedade e assim a importância necessária para se tornar não só uma entidade focada no plano religioso, mas sim um ponto com poder suficiente para alterar rumos de reinados.

Em algum ponto da história, a Igreja Romana perdeu esse brilho. Não somente isso, houve também uma mudança na postura de como ela era encarada e vista pelos líderes. Seria ela um peso? A figura da Igreja continua a possuir a mesma importância que tivera séculos atrás? Meados do século VIII indo ao século IX, a Igreja e o Estado possuíam os mesmos objetivos, alcançar a universalidade, o que resultou em alianças caracterizadas por uma relação simbiótica que eventualmente e momentaneamente, permitiu que ambos alcançassem seus anseios. Mas agora, em torno do século XVI-XVII esta relação muda. Com isso, a Igreja Romana começa a ser questionada e levantam-se pensadores que, de maneira simples, buscavam uma Reforma na entidade, isso deu origem à **Reforma Protestante**.

A reforma estava fadada a acontecer pois as insatisfações e diversas críticas à Igreja quanto à sua autoridade e poder eram grandes. Não apenas críticas de cunho religioso, mas também fortemente de cunho econômico e político. No século XVI ocorreu a Reforma

protestante, quando diversas comunidades da Igreja se levantaram em protesto contra certos aspectos da doutrina e da prática da Igreja católica. Foram elas a Igreja anglicana, a reformada e a luterana. (HELLERN, NOTAKER, GAARDER; 1952). Esse evento foi possível pois Martinho Lutero, monge germânico que era um dos insatisfeitos com a forma que a Igreja levava seus assuntos, proferiu publicamente suas insatisfações contra a entidade religiosa. A reforma do século XVI, sem dúvidas, contribuiu para moldar a primeira base de uma Europa Moderna, e inevitavelmente, se espalhou rapidamente a partir dos meios de comunicação da época aos outros Estados.

Brandão afirma em seu artigo que “É lugar-comum afirmar que os conflitos humanos, mormente as guerras, têm sua origem em fatos anteriores a sua eclosão.” (BRANDÃO, 2012). Ao seguir essa ideia, a reforma que ocorrera em poucos anos, a insatisfação econômica dos principados germânicos voltada aos altos impostos, e o enfraquecimento religioso da instituição religiosa foram pontos necessários para despertar uma série de conflitos e guerras que envolveram católicos e protestantes. Porém, será tratada e discutida neste trabalho a Guerra dos Trinta Anos.

O conflito dos Trinta Anos se destaca entre os demais por conta de sua evolução. A guerra se prolongou de tal forma que ao longo do percurso as motivações e objetivos também foram se alterando. Mas qual seria a evolução que marca este conflito no cenário internacional? Seria a evolução de uma simples guerra civil germânica e da região da Boêmia, de **caráter religioso**, para englobar outros Estados maiores e pender a balança para o lado **internacional**.

Não somente isso, como temos o que seria o principal ponto do trabalho, a visão moderna inédita se tratando em alianças entre os Estados. Por exemplo, tem-se uma França que, por mais que fosse católica, ao analisar o campo geopolítico e o que representaria o crescimento do Sacro Império Romano Germânico em seu entorno, entendeu que seria vantajoso uma aliança com os protestantes. Nesta manobra, voltou-se contra a máxima autoridade tanto religiosa e política da época. Esta aproximação foi explorada e motivada pelo primeiro ministro-chefe francês **Cardeal de Richelieu**, cujos motivos de tal alinhamento serão expostos no decorrer do trabalho.

Portanto, este conflito foi resultado da mudança da ideia de unidade religiosa que era vigente durante séculos em 1517, a qual fez parte no surgimento e da história de inúmeros países. E essa mudança interessa para o interesse nacional, conceito que foi protagonizado pelo Ministro-chefe francês Cardeal de Richelieu.

Assim, com base no que fora exposto, a pesquisa estará pautada na seguinte pergunta: **De que forma a influência política do Cardeal de Richelieu impactou a Guerra dos Trinta Anos?**

A Guerra dos Trinta Anos atingiu proporções não antes imaginadas que, de forma expressiva, contribuiu para a estagnação de alguns Estados e o avanço de outros. Magnoli afirma que, para alguns autores, o que ocorreu na Guerra dos Trinta Anos foi uma crise geral que marcou o século XVII como um século de estagnação ou de decréscimo demográfico e econômico. (MAGNOLI, 2006)

Um conflito não se origina ao acaso, e seria imprudência afirmar que apenas um motivo é o suficiente para a deflagração de Guerras, ainda mais nesta magnitude. Para que isso ocorresse, é necessário que seja analisado 3 fatores: os religiosos, visto que se trata a princípio de uma guerra religiosa; o fator político pois, em uma guerra, é levado em conta a forma como os Estados se relacionavam; e por último, o lado econômico, tanto por parte do Sacro Império Romano, como dos Estados que vieram a participar do confronto, pois, guerras e conflitos tendem a ser custosos e fatigantes.

E isso é interessante para o campo das relações internacionais, pois é partir destes tópicos que é possível compreender e fazer as devidas ligações com as teorias existentes atualmente para extrair o máximo de informações pertinentes ao curso. Essas informações são de suma importância pois permite que sejam analisados os padrões; entender os motivos do porquê da ocorrência de conflitos, tendo este como base; além de explicar os fatores que levaram o Sacro Império e os demais Estados a tomarem as decisões que tomaram, seja geopoliticamente, seja com caráter profundamente religioso ou seja por necessidades econômicas. Além disso tudo, conceitos como *raison d'état* – Razão de Estado – por exemplo, implementado pelo Cardeal de Richelieu, por mais atual que seja este conceito, à época ia de encontro com os padrões e normalidade. Assim, essa falta de normalidade permitiu que, internacionalmente, os Estados evoluíssem.

Dessa forma, justifica-se realizar o trabalho pois, para o cenário internacional, as consequências da Guerra dos Trinta Anos contribuíram para que surgisse novos conceitos e para que houvesse mudanças de grande magnitude nos Estados internamente e externamente.

Uma vez percorrida a apresentação da pergunta de pesquisa e os motivos que justificam a presente pesquisa, os objetivos gerais se resume em **analisar a influência do Cardeal de Richelieu nos desdobramentos da Guerra dos Trinta Anos**. Com a meta estabelecida, o

caminho ideal a percorrer a fim de que se chegue no resultado está na forma de objetivos específicos dispostos em 3 itens: Contextualizar o conflito entre os Habsburgo e os Príncipes protestantes; entender o papel do Cardeal Richelieu relacionando sua atuação nos Tratados de Vestfália; e, por último, analisar a ideia de “Razão de Estado”

Quanto aos Métodos de ensino podem ser divididos em dois tipos, os de Abordagem e os de Procedimento.

De acordo com Panasiewicz e Baptista (2013), os métodos de abordagem dizem respeito aos fundamentos lógicos e aos processos de raciocínio adotados. É ou deve ser a primeira classificação dos métodos, pois estão na origem do processo científico. Sobre eles há muita literatura e muita discussão.

Já os métodos de procedimento estão relacionados com a fase da pesquisa em si, não com o plano geral.

Dito isso, o método de abordagem utilizado neste trabalho será o **dedutivo**. Gil (2008) afirma em seu livro que o método dedutivo parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e permite chegar a conclusões de maneira formal. Panasiewicz e Baptista (2013) diz que partem de uma generalização para uma *questão particularizada*. Esse tipo de método fundamenta-se no silogismo: partindo de uma premissa maior, passando por outra menor e chegando a uma conclusão particular.

Justamente o que se pode observar no presente trabalho. Primeiro apresenta-se as ideias gerais de diversos momentos históricos, exatamente como ocorreram; feito isso, afunila-se aos poucos para se chegar no objetivo do trabalho.

O método de procedimento utilizado será o método **histórico**, que por definição busca comparar o conjunto dos elementos atuais com suas origens históricas; acompanhar a evolução do objeto pesquisado pela história; e, comparar as formações anteriores que eram precursoras do que há na atualidade. (PANASIEWICZ; BAPTISTA. 2013).

No caso do presente trabalho, este procedimento foi escolhido, pois reflete a intenção do trabalho como um todo. Analisar os fatos do passado afim de se chegar a uma conclusão desejada.

Primeiramente, quanto à forma de abordagem da pesquisa, será realizada sob a forma **qualitativa**. Pois, de acordo com Panasiewicz e Baptista (2013), a pesquisa qualitativa tende a se preocupar mais com a interpretação e a compreensão dos fenômenos e objetos. Ela analise

de forma mais articulada os diversos elementos da pesquisa, envolve mais o pesquisador no processo (participação) e permite construir a própria teoria da pesquisa durante sua realização. Assim, dedica-se mais a qualidade do que à quantidade, busca as singularidades e não necessariamente as generalizações, é mais subjetiva.

Sobre os procedimentos técnicos de pesquisa, este trabalho utilizará da pesquisa **bibliográfica e documental**. A respeito da pesquisa bibliográfica, Gil (2008, p. 50) afirma que “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...]”. Já quanto à pesquisa documental Gil (2008, p. 51) afirma “[...]. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico [...]”.

Quantos aos objetivos, a pesquisa se define como **exploratória**. Conforme diz Gil (2008), as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Ele ainda afirma que quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos.

Para a coleta de dados, a técnica que será usada pelo trabalho será a **análise documental**. De acordo com Gil (2008, p.147) sobre a análise documental ele afirma que qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno são considerados documentos.

O procedimento utilizado para a coleta de dados do presente trabalho serão os **procedimentos bibliográficos e documentais**. Assim como também os instrumentos utilizados serão o **levantamento bibliográfico e documental**.

A partir das leituras realizadas pelas fontes adquiridas, será feita uma separação e organização em forma de citações que explicam no decorrer do trabalho o processo por trás da Guerra dos Trinta Anos, o seu desenvolvimento, e as mudanças ocorridas no continente europeu a partir das ações de diversos atores importantes. Nessas citações serão inclusas o argumento do autor e, por trás da afirmação feita, haverá uma segunda afirmação sobre o mesmo assunto, porém de outro autor.

Dessa forma, irá permitir que haja uma conversa entre diferentes autores acerca do mesmo tema. O mesmo procedimento será feito com outros autores nos demais capítulos deste presente trabalho.

2. O PASSADO DA GUERRA DOS TRINTA ANOS

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Para que se possa compreender a Guerra dos Trinta Anos, que ocorreu de 1618 a 1648, é necessário que seja feita uma reconstituição acerca do que representava o **Império e a Igreja** e os motivos que os levaram a serem influentes da forma que foram até o conflito em questão. Mais precisamente, o ponto de partida para a criação do raciocínio remonta o período do Império Romano sob o domínio de Constantino, precursor de um governo que se entrelaça com as ideias da Igreja Romana; mais à frente a sua consolidação com Carlos Magno; e ao final, a Reforma Protestante.

De acordo com Barros (2006), a palavra Império remete a uma ideia de “Poder”, uma expansão do seu domínio absoluto sobre um conjunto determinado de territórios; ou uma espécie de poder que seja reconhecido pelos demais.

Inevitavelmente, ao se pensar em Império e expansão, a difusão da sua religião para os demais países torna-se necessária. Com base nisso, o Império Romano, a partir de Constantino aderiu como religião oficial o cristianismo, que juntamente com os objetivos do próprio Império, compartilhavam do mesmo sentimento de expansão para os demais povos. A expansão de que compartilhavam, tanto a religião como o projeto imperial, era o da difusão e aumento da sua influência. Com base nisso, o mais lógico a se realizar seria uma aliança com o Cristianismo, o que contribuiria para reforçar a ideia de Império Universal. Assim, ao juntar o conceito de Império com os objetivos religiosos, chega-se a um novo matiz, o da Universalidade. Conceito este que fora bastante explorado pelos imperadores e pela própria igreja romana. (BARROS, 2006).

Mas como falar de universalidade religiosa e política com um Império dividido? Para fins de contextualização, no século V, a situação do Império Romano não encontrava em bons lençóis. Houveram diversos motivos que culminaram na sua separação que variaram de má gestão – visto que, por serem vários Estados em um vasto território, dificultava o trabalho de um único líder – até as constantes invasões bárbaras, em que uma delas resultou na queda da parte ocidental, em 476 d.C.

Na tentativa de reverter a situação, optou-se por dividi-lo em Império Romano do Ocidente e Império Romano do Oriente. Com essa divisão a entidade religiosa dividiu-se também respectivamente em uma com sede em Roma e outra com sede em Bizâncio, ou conhecido também como Constantinopla, atual Istambul. Bizâncio tornou-se um polo

econômico na região, situação que a diferenciava notoriamente do Ocidente, que aos poucos ia definhando-se.

Ao voltar os olhos para o caído Império Romano do Ocidente, a Igreja Romana procurava ainda se manter como entidade. Enquanto a figura representante do reino divino em Bizâncio era o Imperador, no antigo Império Romano do Ocidente o líder permaneceu sendo o Papa. Assim, a fim de que fosse garantida a sua sobrevivência, visto que em um lado existia os povos lombardos e o Império Bizantino no outro, era necessária uma aliança cuja força fosse o suficiente para que fosse restaurado o seu antigo prestígio e força que outrora tivera. Essa força passou a ser ancorada no Reino Franco, mais precisamente a partir do momento em que o rei Clóvis se converteu ao cristianismo, tornando-o assim o primeiro rei franco a se converter ao cristianismo (HISTOBLOG, 2009).

Como foi exposto anteriormente, a queda do então Império Romano do Ocidente ocorreu devido às invasões dos povos germânicos na Região. Então, uma vez que Clóvis unificou certas tribos francas, em meio aos povos bárbaros que estavam na região, surgiu o Reino Franco. Segundo Recco (2020), a aliança com a Igreja Católica teve grande importância para o fortalecimento do poder real e para sua política de conquistas territoriais. Clóvis pertencia à Dinastia Merovíngia, cujo reconhecimento e força do Reino perpetuaram até a sua infortuna morte em 511. Mas, após sua morte, o seu reino foi dividido entre seus filhos que, devido à má gestão, viu-se ameaçado em diversas ocasiões pelos mulçumanos que já tinham interesse na região desde tempos passados.

A sobrevivência da Igreja Romana era ameaçada neste contexto de muitas maneiras – tanto territorialmente como doutrinariamente – e por isto o projeto do Papado de se projetar como força cristã universal no âmbito do ocidente poderia se combinar perfeitamente com o projeto de expansão do povo franco, já cristianizado. (BARROS, 2006)

Mas a fim de que se tornasse possível a expansão cristã, era mister resolver o problema de um reino dividido. Durante o reinado de seus filhos, o termo “reis indolentes” foi usado para a designação aos governadores deste período pois, além de constantes disputas internas e crises (RECCO, 2020) ocuparam-se principalmente de festas, caçadas e torneios de esgrima (HISTOBLOG, 2009). Em meio à situação caótica elevada a invasão dos mulçumanos na Península Ibérica, o Major Domus Carlos Martel, em 732, obteve sucesso na Batalha de Poitiers que se caracterizou pelo refreamento do avanço islâmico sobre a Europa. (FERNANDES, 2020)

Mapa 1 – Batalha de Poitiers.



Fonte: Aminoapps (2018)

Dessa forma, Recco (2020) aponta que a política interna e externa adotada por Carlos Martel permitiram ao seu filho, Pepino, o Breve, que obtivesse força suficiente para assumir o trono, encerrando assim a Dinastia Merovíngia e iniciando a Carolíngia oficialmente em 751. Esta mesma situação pode ser entendida em outras palavras assim como diz Salomão:

Foi durante o reinado dos reis carolíngios que os francos atingiram o apogeu de seu poder na Europa. Pepino ampliou a aliança que existia, desde Clóvis, entre os francos e a Igreja. O elemento mais forte dessa ampliação foi a luta movida por Pepino contra os lombardos, que ameaçavam Roma. Detentores de domínios ao norte da Itália, os lombardos, um dos povos germânicos que havia invadido as terras do Império Romano durante o século 5, vinham penetrando cada vez mais para o centro da península, ameaçando Roma e, conseqüentemente, a Igreja. (SALOMÃO, 2014)

Mapa 2 – Situação do Império Carolíngio



Fonte: Adaptado de LE GOFF, Jacques. A civilização do Ocidente Medieval.v.1, p.67

Asseguradas proteção e força, a Igreja Romana começava a se consolidar no cenário. A Igreja Católica será conhecida futuramente como uma entidade forte no campo político e no campo econômico, e isso é possível e reforçado pelo fato da Igreja possuir territórios. As terras foram apossadas pela Igreja Católica quando Pepino marchou em direção à Itália e derrotou os Lombardos que ameaçavam Roma. Este evento foi determinante para que, por exemplo, Vaticano se tornasse uma das terras doadas ao então Papa.

Tem-se então, finalmente, uma Igreja com uma importante participação na História do reinado de Pepino e em alguns eventos importantes no reinado de governantes passados, isso tudo foi possível por meio de sua Aliança. Esta mesma aliança se firmaria também com a ascensão de Carlos Magno ao trono e, futuramente, a Imperador no ano de 800.

A coroação de Carlos Magno em 800 d.c, diga-se de passagem, representa apenas o momento de concretização maior de uma política carolíngia que já mostra a partir de 789, com a capitular *Admonitio Generalis*, uma clara mudança de rumos em direção à ideia de Carlos Magno assumir uma função imperial. Entre outros aspectos sinalizadores, já se vê claramente a ideia de que a autoridade do rei franco se estende “os fiéis de Deus e do rei”, colocando no mesmo plano as duas fidelidades (FAVIER, 2004, p.471) (BARROS, 2006).

Visto que Carlos Magno foi coroado pelo papa, o título representava dois pesos: O primeiro era a sua denotação Política e a outra, como o Imperador dos Cristãos, o que significava que era também o imperador daqueles que seguiam a religião de Roma. Porém, acabou assumindo um significado muito maior, o da ressurreição do Império Romano do Ocidente. Claro que essa ressurreição estava alicerçada em direta aliança com a Igreja Católica, a qual passaria a gozar de uma estrutura política forte para amparar seu crescente poder. Criava-se ali a dicotomia e a complementaridade entre o poder espiritual - representado pela Igreja e centrado na figura do papa - e o poder temporal, terreno, que tinha no imperador sua expressão máxima. (SALOMÃO, 2014)

Então até o momento, como fora visto, a história da igreja, mais precisamente do papado e sua relação com o Império e reinos, durante muitos anos foi composta por alianças que beneficiavam ambas as partes. Porém, não seria possível haver mudanças e evoluções se não fossem pelos conflitos que essas entidades tiveram entre si. Existiram diversas doutrinas, Cartas, Tratados e até imperadores e reis que tinham como o objetivo definir tanto os papéis dos imperadores e reis como os do Papado e da Igreja. E por muito tempo esse debate pendia ou para o lado dos imperadores, o qual o papado deveria ser submisso, ou para o lado da Igreja, onde os imperadores lhe deviam submissão.

Para explicar esse embate, é preciso analisar como estava a situação interna da Igreja. A figura do Imperador decidia quem seria o próximo na linha sucessória da Igreja Católica. Em outras palavras, era um ritual onde não havia questionamentos sobre o fato da figura do Imperador selecionar a figura do líder religioso. Mas com o tempo, este comportamento permitiu que gerasse um terreno propício para que houvesse várias desavenças entre o papado e o Imperador. Incomodava a Igreja Católica o fato de uma entidade do Poder Espiritual se submeter às ordens do Imperador. Mais ainda o fato de as escolhas estarem sendo feitas violando regras, procedimentos, imbuídos de vício quanto à escolha unilateral de Bispos ou clérigos que apenas agradavam ao próprio gosto do governador. Ou seja, era clara a intervenção do poder temporal sobre o espiritual, e se torna nítida a tentativa da Igreja Católica de inverter a situação.

Com esse ambiente instável e clima hostil entre os dois poderes, o poder temporal e o poder espiritual permitiram o surgimento de uma reforma, motivada pelo papa Gregório VII no ano de 1073, ano de sua ascensão como papa, que ficou conhecida como Reforma Gregoriana. É relevante salientar que neste período a indignação e descontentamento por parte dos senhores religiosos era grande. A perversidade e inúmeras profanações nas igrejas atingiram níveis em que os clérigos achavam inadmissíveis a existência desses atos. A separação entre temporal e espiritual era necessária pois, dentre as diversas insatisfações, a corrupção interna entre padres e reis assolavam a moralidade da igreja.

Com essa rivalidade instaurada, a discussão acerca da autoridade das entidades repercutiu aos longos dos anos, onde ambas possuíam seus motivos e objetivos devidamente fundamentados. Fernandes (2006) afirma que Egídio Romano, teólogo pela Universidade de Paris, no ano de 1302, escreve o tratado *De Ecclesiastica Potestate* defendia que os agentes do poder temporal (reis e imperadores) deveriam submeter-se aos Papas, agentes de um poder intrinsecamente superior, o poder espiritual, detentor, portanto da *Plenitudo Potestatis*.

Onde essa visão é corroborada com o que Barros (2010) cita em seu artigo:

O Papa não pode ser julgado por ninguém; a Igreja Romana nunca errou e nunca errará até o final dos tempos; A Igreja Romana foi fundada apenas por Cristo; só o Papa pode depor e empossar bispos; só ele pode convocar assembleias eclesiais e autorizar a Lei Canônica; só ele pode revisar seus julgamentos; só ele pode usar a insígnia imperial; pode depor imperadores, pode absolver vassallos de seus deveres de obediência; todos os príncipes devem beijar seus pés. (SOUTHERN, 1970, p.102)

Assim, de acordo com o que fora exposto, é possível afirmar que a Igreja, continua sendo uma figura importante e relevante no decorrer dos séculos. Isso se corrobora pois, por

mais que houvesse a separação entre a figura do Imperador e a figura Papal, a entidade religiosa obteve meios de perpetuar a sua influência na maior parte dos Estados do continente europeu. Os meios utilizados se apresentam em caráter duvidoso, o qual consistia em pagamentos de altos impostos e uma dicção conveniente que permitia prolongar a propagação de seu poder e que se estabelecesse como a única que ainda detinha o poder de manter unida uma Europa fragmentada.

2.2 REFORMA PROTESTANTE

Primeiramente, é importante salientar que a Igreja Católica neste período já estava consolidada no cenário Europeu do século XVI. Pois, ao mesmo tempo em que representava uma grande força religiosa, era também uma força política e econômica relevante. A sua presença política ocorria quando, por exemplo, a maioria dos Reis tinham o seu poder sustentado ou aprovado pela autoridade papal. Então, pode-se dizer que este ponto indica a notória influência que a Igreja Católica adquiriu pós século XI, onde seu poder chegou a tal nível que, por mais que fosse uma entidade à parte do Governo, ainda conseguia exercer pressão sobre os Estados da Europa fragmentada. (SILVA, 2020)

Uma vez obtendo tamanho prestígio e força, é visível que a Igreja estabeleceu seu domínio no ambiente secular. Esse domínio rendeu à entidade liberdade para que ela ditasse regras e contribuições financeiras necessárias para que ela perpetuasse no poder e enriquecesse. As contribuições impostas aos governantes pela Igreja Católica era a causa de descontentamentos por parte dos principados, uma vez que, contra a sua vontade, pagavam altos impostos de cunho religioso para a autoridade da Igreja.

Ou seja, é possível observar que a visão medieval da qual a Igreja Romana utilizava para exercer o seu domínio começou a entrar em desgaste com o passar do tempo. E assim, inevitavelmente, passou a ser alvo de questionamentos. Esses dois fatores político e econômico foram determinantes para que esses questionamentos incomodassem um número maior de pessoas da nobreza e do alto claro.

Isso é explicado quando Silva (2020) destaca que, quanto ao fator econômico, na região norte da Europa, havia uma insatisfação muito grande com a quantidade de impostos que deveriam ser repassados para a Igreja; enquanto a questão política é questionada quando afirma que haviam Reis e nobres que enxergavam no rompimento com o poder religioso uma vantagem para consolidar, ou assegurar, mais poder sem a necessidade de ser obrigado a se sujeitar a outra autoridade, que no caso, seria o papa.

A insatisfação nessas questões contribuiu para que o terreno propício para a Reforma ganhasse forma. Mas ainda era cru a sua motivação. Faltava mais um elemento que, uma vez perturbado, ocasionaria um abalo significativo nas estruturas. Faltava entrar no mérito **religioso** da questão para que só assim a Reforma tivesse o peso e proporções que tivera.

Sendo assim, em se tratando das críticas genuínas quanto à doutrinação e condutas religiosas, antes de entrar no reformador principal, Martinho Lutero, é importante salientar os seus pré reformadores, John Wycliff e Jan Huss, que já proferiam críticas à Igreja Católica anos antes. Duas figuras importantes no cenário das reformas que, se não fosse pelas suas lutas e ensinamentos, os quais influenciaram Martinho Lutero, não haveria esta convulsão religiosa.

Segundo Silva (2020), o primeiro criticava o acúmulo de poder político e os desvios da Igreja dos verdadeiros ensinamentos de Jesus. O segundo tecia críticas parecidas contra o enriquecimento da Igreja e a venda de indulgências. Com essas duras críticas, inevitavelmente fizeram com que isso se tornasse a causa de suas mortes pela própria Igreja, uma vez que ela não tolerava tamanha heresia ser profanada de maneira alguma.

Consideram-se como precursores da Reforma Luterana os movimentos de Wycliffe (1324-1384), monge inglês que, após inúmeras restrições tanto às atitudes do clero como à doutrina da Igreja, rebelou-se contra sua autoridade, e o de Huss (1369-1415), religioso tcheco que, tentando dar continuidade às ideias de Wycliffe, foi executado como herege. (GOMES; LAGES, 2017)

Sendo assim, segundo Gomes e Lages (2017), a causa principal da Reforma Protestante foi a crise que abalava a Igreja Católica no início dos tempos modernos. A crise atingia também a doutrina, que era apresentada de modo complexo, obscuro, e de certa forma inacessível aos fiéis. Ou seja, existe um poder que está demasiadamente sendo exercido pela Igreja e isso revolta diversas peças importantes como a própria nobreza; além dos casos de corrupção como as vendas de indulgências que será melhor abordada mais à frente.

Com isso em mente, o objetivo primordial de Martinho Lutero era reformar a igreja a partir de uma nova interpretação da Bíblia, uma interpretação mais humanista. Levava este nome humanista pois, a responsabilidade da salvação cabia unicamente ao homem, o que significou uma crítica direta às indulgências, a qual Lutero era veemente contra. (GOMES; LAGES, 2007)

Primeiramente, Veloso (2008) discorre sobre o significado de Indulgência em seu sentido estrito:

De acordo com o Manual das Indulgências aprovado pela Santa Sé e publicado em 1990 pela CNBB (cf. Edições Paulinas, SP, 1990, pág. 15-19), “indulgência é a

remissão, diante de Deus, da pena temporal devida pelos pecados já perdoados quanto à culpa, que o fiel, devidamente disposto e em certas e determinadas condições, alcança por meio da Igreja, a qual, como dispensadora da redenção, distribui e aplica, com autoridade, o tesouro das satisfações de Cristo e dos Santos. (cf. *Indulgentiarum Doctrina*, Norma 1)

Santos (2009) aponta o que consistia a venda de indulgências pela Igreja Romana na Alta Idade Média:

A venda de indulgências era prática corrente na Igreja Católica Romana e aceita como válida desde a Alta Idade Média. Consistia em o fiel dar à Igreja, por intermédio de um representante do clero, uma importância em dinheiro ou em bens, cumprir algum tipo de penitência ou de ritual, adquirindo através disso um documento que certificava que o fiel mereceria a redução do tempo que passaria no purgatório, podendo, ainda, adquirir tais indulgências para um parente ou amigo morto. (SANTOS, 2009, p. 54)

Dessa forma, representava o perdão no plano secular aos pecados cometidos pelos fiéis. Assim, a venda do perdão, naquele período, conseqüentemente significava a salvação dos homens. Ou seja, criticar este método de salvação possuía o mesmo peso que questionar a Instituição, praticando assim uma heresia. (MEDEIROS, 2017)

Não somente isso, mas além da crítica às indulgências, outro evento que marcou a Reforma de Martinho foi a fixação das suas 95 teses na catedral de Wittenberg. As propostas de Lutero representavam um anseio, uma necessidade por um debate que almejasse reformular a doutrina que, na visão de Lutero, estava corrompida. Assim, esperava-se que ocorressem de fato essas reformas dentro da Igreja, pois, as indulgências e a crítica aos demais absurdos eram problemas que, na visão de Lutero, podiam ser consertadas caso fossem expostas à luz. Então é possível perceber que a própria instituição estava maculada e corrompida. Interessava a muitos a manutenção dessa força. Mas a recíproca também é verdadeira, visto que interessava a muitos a extinção dessa força que a Igreja exercia.

Além das 95 teses apresentadas por Lutero o tornarem conhecido e controverso, houve eventos que contribuíram mais ainda para esse título. Isso está fundamentado pelo fato do monge escrever seus escritos e publicar as suas obras – ou tratados como podiam ser chamados. Santos (2009) afirma que o historiador Geoffrey Rudolph Elton assinala que em 1520, Lutero havia queimado os seus barcos com a publicação de **três grandes tratados**, todos com sua importância histórica: a *Carta à Nobreza Cristã da Nação Alemã*, *Sobre o cativo babilônico da Igreja* e por último *Sobre a Liberdade Cristã*.

Nesses tratados, Lutero, respectivamente, destruiu os muros de papel erigidos pelos Romanistas em defesa de seus poderes usurpados, e no qual instou os alemães a reformar a Igreja através da convocação de um Concílio; ataca o papado por privar a cristandade da

verdadeira religião; e, por último, por intermédio deste tentava, na visão de Elton, estabelecer contato com a Igreja. (SANTOS, 2009)

Em consequência disso, ao expor algo deste tamanho ao público, houve internamente a divisão entre os fiéis; e além da divisão, outro acontecimento foi a Igreja acusar Lutero de falácias e assim, exigir dele uma retratação pública. Os dois eventos ocorreram. A divisão daqueles que seguiram as ideias de Lutero ficaram conhecidos pejorativamente como protestantes, e este novo segmento da Igreja foi bem recebido por uma boa parte dos reinados germânicos do Sacro Império e alguns ao norte da Europa.

A difusão massiva de suas ideias se deu pela sua maior parte pela imprensa, meio que na época permitiu que alcançasse um número maior de pessoas. A divulgação era feita por meio de panfletos e livretos, assim, Flidner (2004) registra que: “é quase incrível a rapidez com que, antes que se houvessem transcorrido quinze dias, propagaram-se estas teses por quase toda a Alemanha, e em menos de um mês foram conhecidas na maior parte da cristandade europeia”.

Os feitos de Martinho e suas ideias chegaram aos países do Norte Europeu, à França – País onde houve um dos maiores e mais sangrentos massacres religiosos – e principalmente nos diversos principados germânicos na região. Mas, uma coisa é ser bem recebido pelos príncipes da antiga Alemanha, outra é ser aceito pelo Imperador e tolerado pelo Papa.

No primeiro momento, o apoio que contribuiu para que a nova Religião fosse difundida veio de alguns Estados germânicos localizados no Sacro Império Romano Germânico. O motivo desse apoio se dá pelo fato de alguns nobres laicos e eclesiásticos do Sacro Império terem interesse em livrar-se da autoridade papal e em limitar o poder do Imperador (MEDEIROS, 2017); outro item foi o fato de que Lutero recebeu apoio de alguns príncipes do Sacro Império Romano que não queriam mais pagar impostos religiosos. (GOMES; LAGES, 2017)

Dessa forma, não seria exagero citar que o apoio massivo à Lutero se dava, em especial, ao sentimento de liberdade que as suas ideias e propostas traziam à população, e é claro, aos nobres e certos clérigos.

Por ser uma ideia contrária ao que representava o Império de Carlos V, ela foi fortemente rechaçada. A situação claramente faz com que seja gerado diversos conflitos ao redor da Europa de cunho religioso pautados na intolerância, o que influenciou o comportamento hostil dos católicos contra esta nova religião. Pois, indo mais à fundo, estava claro que, uma vez perdendo este poder religioso para o protestantismo resultaria na perda significativa de inúmeros territórios, do poderio político e também da força econômica. Ambos os poderes se levantaram contra o monge, tanto que o papa do período em questão, papa Leão

X, exigiu que Lutero se retratasse de suas ofensas. Ao negar a ordem do papa, este foi excomungado, ou seja, estava excluído da Igreja Católica.

Enquanto sofria represália do lado espiritual, o lado secular da questão também perseguia Martinho Lutero. Preservar a unicidade da Igreja era tarefa primordial do então Sacro Imperador Carlos V, originário da Espanha. Com as diversas evidências, considerou as ações de Lutero uma afronta e convocou a Dieta de Worms, o que poderia ser considerado uma assembleia. Mesmo apresentando as suas ideias e posições, por estarem extremamente convictos da afronta que representava o protestantismo, Martinho Lutero foi considerado um Herege. Assim, a fim de que sua vida fosse preservada, os mesmos príncipes alemães e a alta nobreza que o apoiaram o ocultaram em um castelo da Saxônia.

Como foi dito anteriormente, as ideias de Martinho Lutero e a divisão dos fiéis entre Catolicismo e Protestantismo abriram portas para uma série de conflitos e guerras no continente Europeu. Duas visões distintas do mesmo propósito levantaram diversos reinados a lutarem a fim de que fosse garantido os seus direitos de se expressarem da forma que bem entendessem. Dentre as inúmeras guerras sangrentas e diversos outros massacres que ocorreram entre os países protestantes e o Sacro Império, a que ganhou mais notoriedade e destaque devido ao seu alcance Internacional com desdobramentos significativos envolvendo o império, os Estados e a própria Igreja iniciaram no ano de 1618, foi a Guerra dos Trinta Anos.

2.3 SACRO IMPÉRIO – PROJETO DE CARLOS V

Discorrer sobre os eventos anteriores à Guerra dos Trinta Anos requer diversas contextualizações. No primeiro item do presente trabalho foi necessária a recapitulação e explicação a respeito do surgimento da Entidade religiosa conhecida atualmente como Igreja Católica. A sua contextualização mostrou os altos e baixos e, principalmente, serviu de base para entender e perceber o poder e influência que ela tinha e exercia sobre os demais Estados, reinados e principados do continente Europeu.

Em seguida, viu-se que era obrigatório citar a situação da Igreja Católica no período em que ocorrera uma de suas maiores convulsões de caráter religioso. Assim, a **Reforma Protestante** surge no cenário histórico e neste presente trabalho como um ponto chave para que se compreenda as motivações e o real desenrolar do tema principal deste escrito. Não somente isso, mas a sua importância reside no fato de que é a partir deste momento que os atores principais da Guerra futura começam a surgir.

Porém, em meio a esses atores, é necessário realizar um apanhado histórico sobre o Sacro Império Romano-Germânico por conta dos seguintes fatores: a sua indiscutível relevância no desenvolver da história europeia; as motivações que o levaram a entrar no conflito; e, o mais simples e importante, pois ele se torna palco desta série de eventos históricos e, por isso, automaticamente o coloca em posição de ser debatido.

2.3.1 Sacro Império Romano-Germânico: Origem

A História do Sacro Império Romano-Germânico está entrelaçada com a história da Igreja Romana e a sua consolidação no cenário Europeu. Ou seja, o conteúdo escrito no **Contexto Histórico** do presente trabalho apresenta-se como introdução detalhada a este tópico. Portanto, o início, desenvolvimento e o desenrolar estão intimamente conectados e historicamente ligados. Dessa forma, o atributo romano se deveu ao fato de que o Império Romano-Germânico se considerava sucessor legítimo do *Imperium Romanum* da Antiguidade. (MAINKA, 2019)

Primeiramente, a história deste Império começa a partir do momento em que, mediante às alianças que se deram entre a Igreja Romana do antigo Império Romano e as tribos germânicas no século V por meio de Clóvis – Primeiro Rei Franco. A partir do bom governo de Pepino, o Breve, e a instauração da Dinastia Carolíngia, no ano de 800 houve a coroação de Carlos Magno a Imperador por parte do então papa Leão III.

Ainda de acordo com o artigo de Mainka, ela afirma que o antigo Império fora ressuscitado por Carlos Magno e com isso, segundo a ideia medieval ideal, o antigo Império Romano fora transformado e transferido para o Sacro Império Romano-Germânico. Ou seja, o Sacro Império Romano-Germânico tornou-se a partir do ato simbólico da coroação do Imperador pelo Papa em Roma, o herdeiro legítimo do Império Romano da Antiguidade. Com isso, pelo simples fato de ter sido elevado ao título de Sacro Império, o Imperador recebia o protetorado sobre toda a cristandade e assim uma certa superioridade sobre todos os outros reinos, o que explica o poder que a Igreja possuía pois, o Imperador e Império assumiram um papel salvador no Império Romano (MAINKA, 2019). Assim, é possível constatar, a partir destas afirmações, o caráter religioso sendo fortemente exalando do novo Sacro Império.

Ao afirmar que o imperador desempenhava um papel de salvador no plano terreno, automaticamente pairou sobre a cabeça dos Imperadores a sua superioridade perante a própria figura do papa. Essas afirmações geraram divergências profundas nas forças secular e religiosa,

o que explica os constantes atritos no século XI por exemplo. Onde, na maior parte do tempo, a Igreja Católica detinha um poder maior que o Imperador e em outros momentos, o Imperador ostentava um poder maior.

2.3.2 O Sacro Imperador Carlos V

O Sacro Império Romano-Germânico foi palco de diversos Imperadores os quais uns entraram em cena em capítulos pacíficos e outros no calor dos conflitos, como por exemplo, embates entre o Papado e o próprio Império. Mas todos compartilhavam de uma mesma máxima, que foi constante durante a Idade Média, que era o fato do Imperador não possuir muita influência sobre o seu território. Entretanto, por mais que há outros imperadores com a sua devida importância, Carlos V ganha destaque neste trabalho. Ele ascende à Imperador e traz consigo mudanças que, neste período em questão, contribuíram para que eclodisse a Guerra dos Trintas Anos.

Porém, a fim de que se conheça as mudanças que Carlos V trouxe, é necessário que, de início, sejam contextualizados a época em que ele foi coroado à Imperador. O que estava acontecendo naquele período? Era um contexto de calmo ou na iminência de uma convulsão?

Carlos V, antes de tudo, é oriundo da Dinastia dos Habsburgo, a qual possui familiaridades com reinado e estar no poder. A sua família, porém, partilhava de uma característica que lhe rendeu bons frutos no futuro.

Historicamente, a fim de que ampliasse a sua influência no cenário Europeu, a família dos Habsburgo utilizava das políticas de casamento (SALOMÃO, 2020). Ou seja, a fim de que fosse possível sua perpetuação no poder, casamentos arranjados tornou-se uma forma relativamente esperta de conquistar poder.

Mainka afirma que “A política dinástica dos Habsburgos nas décadas anteriores, isto é, a construção de parentesco e alianças, planejada a longo prazo por meio de casamentos, resultou na sua volta ao trono do Império Romano-Germânico.” (MAINKA, 2019)

Essa política de casamentos foi determinante para complementar a magnitude do poder que estava nas mãos dos Habsburgo. Para que se possa compreender, quando Carlos V ascendeu à Imperador, o tamanho de seu governo compreendia os territórios que atualmente correspondem a Áustria, Alemanha, norte da Itália, República Tcheca, Eslováquia, Hungria, leste da França, Bélgica, Holanda, Espanha e grande parte das Américas. Portanto, é possível inferir a partir disso que essa concentração massiva de poder político foi conquistada, em sua

maior parte, por meio de casamentos estratégicos. O que nos leva a um dito dos Habsburgo *“Bella gerant alii; tu, Felix Austria, nube!”* — “Deixe a conduta da guerra para os outros; você, feliz Áustria, case!” (KISSINGER, 2012, p. 20)

Mapa 3 – Composição do Sacro Império Romano-Germânico em 1512

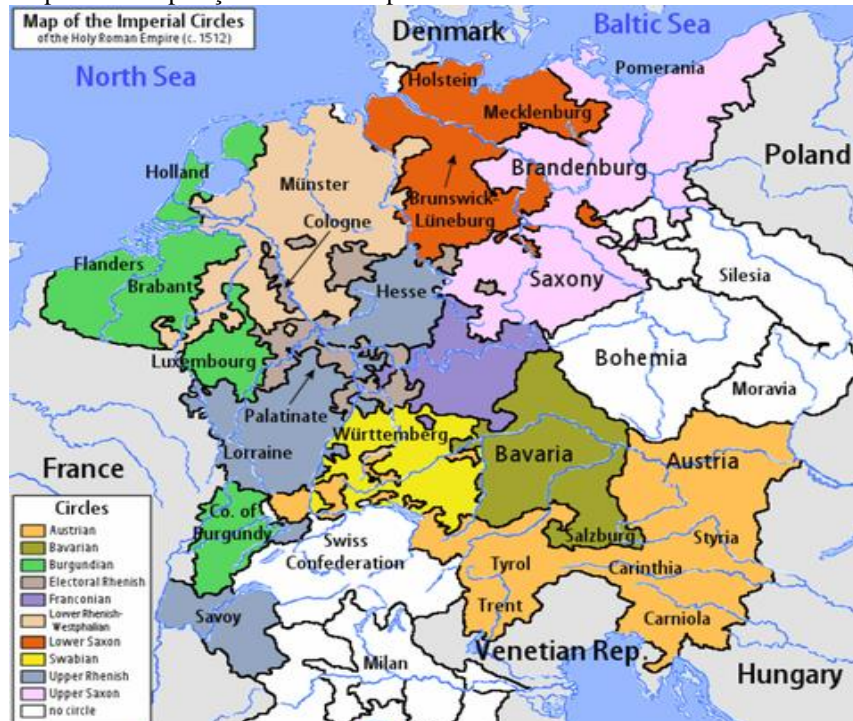


Figura 1. Fonte: Gifex (2009)

Tendo isso em mente, no ano de 1519, Carlos V ascende à Imperador, e além de possuir territórios e influência, ele detinha respeito e honra perante a Igreja Romana. Em outras palavras, quaisquer movimentos religiosos contrários aos que o Império prega – catolicismo – sofreriam retaliações. Ao menos essas eram as intenções do então imperador.

Sendo assim, os anos subsequentes da sua ascensão foram focados em impedir o avanço do protestantismo que estava em seus passos iniciais, porém, já era considerado uma ameaça. Carlos V almejava ter o apoio do papa para eliminar o herege que Martinho Lutero se tornara aos olhos do Imperador – justifica-se essa afirmação pois, no momento em que Carlos V foi coroado a Imperador, ocorria em paralelo as críticas de Lutero. Dessa forma, em suma, o objetivo de seu Governo foi frear o avanço Protestante. (LEANDRO, 2020)

Com essa linha de ação, naturalmente, seria reestabelecida a unicidade da Igreja Católica e, uma vez eliminando a ameaça maior que era o protestantismo, juntamente com os principados e ducados protestantes contrários às imposições do Império, haveria automaticamente a tão sonhada consolidação do Império, pautados apenas em uma entidade

religiosa, a Igreja Católica, e em um único líder representante dela e do poder temporal, o Imperador. (LEANDRO, 2020)

2.3.3 Os Preparativos para a Guerra

Feita as devidas ressalvas, podemos partir para a eclosão da Guerra. Martinho Lutero, dois anos antes da coroação de Carlos V, fixara na Catedral de Wittenberg as suas 95 teses, que, além de criticar a Igreja Romana, conquistou diversos integrantes da nobreza e do clero.

O luteranismo tornara-se um seguro aliado do particularismo político dos príncipes alemães. O príncipe, estivesse ou não genuinamente convertido à verdade das ideias luteranas, fruía lucros terrenos da confiscação dos bens da Igreja, aumentava o seu controle sobre os negócios eclesiásticos e adquiria um maior grau de independência do imperador católico. (GREEN, 1984, p. 157)

Era questão de tempo até que o Papa Leão X o excomungasse devido ao teor do que estava nas escrituras. Além da expulsão, o papa exigiu que Martinho Lutero se retratasse de suas ações. Nas palavras de Santos (2009), Leão X cita que as doutrinas que Lutero ensinava já eram erros condenados que não tinham apoio escriturístico, onde prossegue a afirmar sobre os ensinamentos que:

Outros erros são ou heréticos, falsos, escandalosos, ou ofensivos aos ouvidos piedosos, assim, como sedutores das mentes simples, originando-se de falsos intérpretes da fé em sua orgulhosa curiosidade almejam a glória do mundo, e contrários ao ensinamento dos Apóstolos, desejam ser mais sábios do que poderiam ser. (SANTOS, 2009, p. 177)

Pelo tom é claramente visível a insatisfação de Leão X, exemplo que David Whitford nos dá ao dizer que, em um primeiro momento, Leão rotula as teses de Lutero como “o rugido de um monge bêbado”. Conclui-se a partir disso que, Martinho Lutero é excomungado de suas funções ecléticas e não mais está ligado à Igreja Romana, o que conclui a primeira retaliação. A segunda ocorre quando o Imperador convoca a Dieta de Worms, onde em 1521, o monge é condenado por Heresia (BRANDÃO, 2012)

Os ensinamentos de Lutero os quais foram difundidos entre a maioria dos principados germânicos, de alguma maneira, ressoavam com as insatisfações da maioria da população, o que lhe rendeu seletos seguidores; além dos nobres e dos grupos que almejavam uma certa autonomia. Em decorrência disso, cabe aqui ressaltar que brotava entre os demais Estados Germânicos um sentimento nacionalista. Isso pode ser explicado pelo fato de seu poder de

governo ser demasiadamente limitado, tanto pelo poder que era concentrado nas mãos do Imperador; como também pelas mãos do Papa, visto que este exercia tremenda influência sobre os demais povos.

Na mente de muitos outros pequenos reinados, isso tinha que acabar. De acordo com MacCulloch, um dos livros de Lutero *Carta à Nobreza Cristã da Nação Alemã* é chamado de nacionalista, e que será empregado pela nobreza alemã em defesa de seus interesses, da mesma forma que fora dito anteriormente, contra os interesses do Papado e do Imperador do Sacro Império Romano-Germânico. (SANTOS, 2009)

MacCulloch (2003) ainda afirma que em um dos livros de Lutero, indicava que o monge não desejava manter a unidade com a Igreja Romana, isso é explicado quando Lutero afirma que ao invés do Papa ser o representante de Cristo na terra, ele era um impostor, posto pelo demônio. Além de acusá-lo de ser o anticristo e uma ameaça para o bom governo do Império.

Com tudo isso, é possível afirmar que cada vez mais torna-se complicado Carlos V manter controle no Império que é uma espécie de “Mar de retalhos” nas palavras de Voltaire. Por um lado, tinha-se a crescente insatisfação dos principados e a impossibilidade de governo perante estes; no outro lado, tem-se Lutero em ascensão avançando com uma nova interpretação do catolicismo, colocando de lado tanto o Papado como o Imperador.

Vejamos como Brandão trata sobre esse evento em seu artigo:

“Lutero, ao ser condenado por heresia na Dieta de Worms, é acolhido por nobres alemães e lança os fundamentos de sua doutrina, que serão combatidos pelo imperador Carlos V, afinal o reformador acabou por fomentar também o particularismo dos príncipes, o que poderia diminuir a autoridade imperial e romper, com isso, a unidade do Império que o imperador pretendia tornar forte e centralizado.” (BRANDÃO, 2012)

Ao se fazer uma retrospectiva pequena acerca do que fora discutido, tem-se um Imperador temente ao poder divino da Igreja que lhe fora investido em sua coroação; um conjunto de príncipes, nobres alemães compartilhando de um mesmo sentimento de autonomia e controle individual de sua própria política, livres de intervenções Imperiais e Papais; e por último, uma nova cara à religião Católica que fora duramente criticada por Martinho Lutero e que se deflagrou para praticamente toda a Europa medieval em velocidades nunca antes vistas em decorrência dos adventos da imprensa. Com esses três itens listados, é possível desenhar a situação em que o Sacro Imperador Carlos V se encontrava. Para onde correr?

Kissinger em seu livro *Ordem Mundial* descreve os acontecimentos do momento em que Carlos V aceita o seu destino até o momento em que ele abdica de seu trono. Primeiramente, ele cita a incapacidade de Carlos V em evitar o avanço desenfreado do Protestantismo às terras que formavam a principal base de seu poder. Ele cita que “O esforço para realizar as aspirações inerentes ao seu cargo [fala sobre Carlos V] estava além das possibilidades de um único indivíduo.” Com base nisso, no segundo momento, Kissinger discorre sobre a abdicação do Imperador de seus títulos dinásticos e a divisão do seu Império. E ainda, se não um dos documentos mais importantes da história do Sacro Império Romano-Germânico e da Guerra dos Trinta Anos, elaborou a **Paz de Augsburg** em 1555:

No mesmo ano Carlos concluiu o tratado que seria um marco, a Paz de Augsburg, que reconhecia o protestantismo no interior do Sacro Império Romano-Germânico. Abandonando as bases espirituais de seu império, Carlos concedeu aos príncipes o direito de escolher a orientação confessional de seus territórios. Logo depois renunciou ao seu título de Sacro Imperador Romano-Germânico, transmitindo as responsabilidades pelo império, suas sublevações e os desafios enfrentados no exterior a seu irmão Fernando. (KISSINGER, 2012, p. 21)

Ou seja, cedendo aos anseios das demais camadas do Império e da população, a fim de que se instaurasse uma trégua entre os conflitos menores que eclodiram em decorrência do posicionamento do Império, o tratado vigente determinou que cada príncipe decidiria qual seria a religião adotada (*cuius regio, eius religio*): ou o luteranismo, calvinismo e as diversas religiões ramificadas do Protestantismo; ou o catolicismo. (BRANDÃO, 2012)

Momentaneamente, tem-se vigente uma trégua que acalma os ânimos e que, aparentemente, permite de paire no ar o sentimento de tolerância por parte das duas entidades polo, o Sacro Império Romano-Germânico e a Igreja Católica.

3. GUERRA DOS TRINTA ANOS

A partir deste capítulo, aqui jaz o começo de uma série de argumentos e discussões que visa iluminar os pontos importantes de uma das maiores Guerras da História da Europa. Brandão (2012) disse em seu artigo que “É lugar-comum afirmar que os conflitos humanos, mormente as guerras, têm sua origem em fatos anteriores a sua eclosão. ” Nos capítulos anteriores foi realizada uma elucidação dos acontecimentos que estavam relacionados diretamente e indiretamente com este conflito. Uma vez compreendida essa sequência de eventos peculiares, cumpre-se o pré-requisito para o pleno entendimento, a partir de agora, deste evento ímpar.

3.1 PONTO DE RUPTURA

A Paz de Augsburgo, datada em 1555, significou uma derrota para o Império e para a Igreja Católica. Além de significar a ineficácia das ações de Carlos V em proteger o seu Império e a religião católica – falha da Igreja também – significou um período em que houve uma espécie de coalizção entre o Protestantismo e o Catolicismo. Essa tolerância foi aplicada seguindo o princípio do “*cuius regio, eius religio*”, que fora anteriormente citado.

Mas como era esperado, esta estabilidade não se perpetuaria por um longo período de tempo. Esse fato pode ser explicado a partir do momento em que Rodolfo II ascende a Imperador do Sacro Império e com isso, retorna o clima de conflitos religiosos passou a pairar sobre os diversos principados que usavam da Paz outorgada. É importante salientar que desde que houve a suposta “Paz”, houve um sentimento de revanchismo por parte da Igreja Católica. Brandão (2012) cita que houve a busca pela Igreja Católica, a contrarreformista, por sua reconstrução. E pode ser entendido tanto a reconstrução doutrinária, como política, territorial e até econômica.

Entende-se que sim, ocorrera a paz e momentos de tolerância ao protestantismo no final do século XVI, mas em que ponto há a brecha para a ruptura da calmaria? A resposta reside na própria Paz de Augsburgo.

Veja bem, estava explícita a autorização para realização de cultos de cunho protestante ao bel prazer dos governantes. Mas o tratado apenas embarcava o protestantismo pregado por Lutero, ou seja, não enquadrava quaisquer outras religiões ramificadas do protestantismo como o calvinismo, por exemplo. (HÖRING, 2012)

Este ponto era Carta Branca para que o então Imperador Rodolfo II agisse da maneira que lhe fosse conveniente. A região da Boêmia (atual República Tcheca), por exemplo, estava com a sua autonomia provisória em risco, pois a sua maioria era calvinista, somados ao fato de seus governantes terem as mesmas convicções políticas e religiosas que as de Rodolfo II, assim, de certa forma, eram voltados para a família dos Habsburgo. Essa pequena parte foi o suficiente para que impedisse a realização dos cultos e reuniões entre os protestantes, o que não agradou a população da região. Então ao se observar o macro, tinha-se o Imperador forçando a sua religião aos demais, o que de acordo com Silva (2020) era aceitável, visto que era validada pela Paz de Augsburgo.

Com esse evento rapidamente tomando forma, e com as constantes ameaças vindas do Imperador, em 1608 houve o surgimento da União Evangélica, ou Liga Protestante. Consistia em um grupo formado a partir da junção de príncipes protestantes, que tinham como objetivo formar uma linha de frente para impedir quaisquer retaliações oriundas do lado Católico; além de ser uma defensora da liberdade dos cultos. Esta liga era liderada por Frederico V, do Palatinado e futuro rei da Boêmia. Similarmente, a mesma junção ocorreu entre os Católicos que logo em seguida formaram a Liga Católica, a qual era liderada por Maximiliano II, da Baviera e, sendo a recíproca verdadeira, eram fieis ao imperador e ao papa. (MAGNOLI, 2006)

Por mais que houvesse tentativas para acalmar os ânimos, Rodolfo II, em 1609, elabora a Carta da Majestade, porém na prática, ocorria o completo oposto. Da mesma forma, os protestantes continuavam a serem perseguidos e silenciados. E essa perseguição mudará os ventos de um conflito iminente quando **Fernando II**, Rei da Boêmia, assume o reinado.

3.2 AS FASES DA GUERRA

É a partir deste ponto que se entra no estopim da Guerra dos Trinta Anos e que virá a se dividir em **quatro partes**. A primeira terá início na Região da Boêmia, que compreende de 1618 a 1621, e será de suma importância para a difusão dos conflitos no decorrer do continente Europeu; em seguida tem-se o Período Dinamarquês de 1624 a 1629; o Período Sueco, de 1630 a 1635, que representa uma fase do conflito em que evolui para um caráter ainda maior que apenas conflitos religiosos, onde também são inseridos conceitos geopolíticos; e por último, utilizando dos conceitos geopolíticos em sua máxima capacidade, entra-se no último Período do conflito, o Francês, que compreende 1635 até 1648.

Para melhor visualização da situação entre os Estados, Magnoli (2006) cita que o conflito foi composto por dois blocos. O primeiro bloco católico é descrito da seguinte forma:

Um bloco encabeçado pela dinastia Habsburgo do rei Fernando da Estíria, da Áustria e da Hungria, eleito imperador do Sacro Império Romano Germânico (e depois por seu filho Fernando III), que se aliava com as regiões católicas da Alemanha, especialmente o rei da Bavária, Maximiliano I, e se unia, por laços de parentesco e de afinidade política e religiosa, à maior potência internacional da época: a Espanha, governada por Felipe III (e depois por Felipe IV). Esse bloco católico recebia também, em geral, o apoio do papa e da Polônia. De uma maneira esquemática, esse bloco representava a aliança católica, que chegou a sonhar, num espírito jesuíta e contra-reformista, em abolir a heresia protestante da Europa. Mas durante longos períodos ele recebeu também o apoio dos luteranos, como a Saxônia, e até mesmo dos calvinistas de Brandemburgo.

Enquanto o segundo bloco, dos protestantes, é descrito da seguinte forma:

Um bloco com os rebeldes protestantes da Boêmia e de diversas regiões germânicas, especialmente o Palatinado de Frederico V, apoiado pelos Países Baixos, pela Suécia, pela Dinamarca, pela Inglaterra e pela França católica. Embora esse bloco lutasse pelo direito dos protestantes, a “liberdade da Alemanha”, como declaravam, ele contou com apoio fundamental da França, que, ao ingressar diretamente no conflito em sua fase final, decide com a Suécia o resultado da guerra.

3.2.1 Período Palatino-Boêmio (1618-1624)

A Guerra tem início na região da Boêmia por conta de um evento peculiar que ocorrera em Praga. O nome dado ao acontecimento de 23 de maio de 1618, no qual um grupo de nobres protestantes da Boêmia atirou pela janela dois governantes católicos. Este ato esteve na origem da *Guerra dos Trinta Anos* (2020) e ficou conhecido como a **Defenestração de Praga**.

A título de curiosidade e contextualização, Fernando da Estíria, primeiramente rei da Boêmia e futuramente Imperador conhecido como Fernando II, enquadra-se no perfil esperado pela Igreja Católica e os demais jesuítas. Höring, a respeito de Fernando II, diz que ele foi ensinado pelos Jesuítas a odiar os protestantes.

Na região da Boêmia, que já contava com a maioria de sua população adepta as doutrinas e crenças calvinistas, Fernando II havia sido coroado rei, ele cresceu e foi educado em escolas Jesuíticas, se tornando assim um grande defensor do catolicismo na região. Com a sua coroação, os calvinistas foram discriminados com mais força ainda não somente pelos católicos, mas pelo próprio Fernando II que proibiu os cultos públicos e a construção de novas igrejas. (HÖRING, 2012, p.22)

É possível deduzir então que durante o reinado de Fernando II houve uma pressão maior sobre os protestantes calvinistas. Tanta era a pressão que era inviável a realização de cultos e reuniões livremente sem que fossem impedidos. Estes então, com pedidos de apoio, ou para que o rei se posicionasse acerca das constantes pressões e ataques aos cultos, viram-se completamente ignorados pelo então rei da Boêmia.

Dessa forma, revoltosos com o que estava acontecendo, somados à constante imposição do catolicismo sobre a população protestante, primeiramente, eles marcharam em direção ao Palácio de Hradschim (BRANDÃO, 2012). Após os representantes do imperador terem chegado à capital da Boêmia, Praga, para cumprir a ordem de encerrar a assembleia dos Estados do reino da Boêmia e fechar duas igrejas protestantes, estes foram atirados pela janela do palácio (MAGNOLI, 2006). Por meio deste evento, foi selada toda e quaisquer forma pacífica restante de resolver um conflito e guerra indireta que ocorria há anos.

Com tudo isso que aconteceu, Filho (2006) cita que a União Protestante fez de Frederico V, que era o príncipe eleitor calvinista na região do Palatinado – região germânica ao redor da cidade universitária de Heidelberg – a ser o mais novo Rei da Boêmia, proclamando simultaneamente independência do domínio austríaco. Ou seja, repudiaram Fernando como seu rei e elegeram outro em seu lugar, um rei que fosse adepto aos anseios dos nobres na região e da maioria da população.

Após a morte do Saco Imperador Matias I, Fernando II ascende definitivamente a Imperador no ano de 1619 e, a partir deste momento, ele utiliza de todas as medidas e meios em seu alcance para neutralizar e tomar de volta o controle da região da Boêmia, que fora tomada pelos rebeldes protestantes. Assim, instaura-se a Guerra dos Trinta Anos e tem início este conflito sangrento entre católicos e protestantes na Região, e leva este nome Palatino-Boêmio por conta da região onde aconteceu o primeiro conflito.

Em suma, o primeiro conflito religioso foi uma vitória absoluta dos católicos sobre os protestantes. O poderio militar das tropas que marcharam em direção à Boêmia era superior em todos os aspectos. Isso se dá principalmente pela ajuda que pediram à Espanha, que também era governada pela Casa de Habsburgo; à Polônia e a outros nobres católicos alemães. (FILHO, 2006)

As consequências desse conflito residem na ocupação católica massiva que aconteceu na região e no que se tornou da população. O Imperador não mostrou misericórdia para os protestantes rebeldes, pois todos os líderes do movimento foram executados, além de suas famílias terem sido expulsas de suas próprias terras, as quais foram confiscadas pelo Imperador e entregues às famílias católicas leais ao Império; não somente isso como também houve o fechamento das igrejas protestantes. (HÖRING, 2012)

Magnoli complementa essa ideia quando aponta que uma vez que os católicos estavam embriagados com seu sucesso, resolveram então acabar com os direitos até então gozados pelos protestantes — o que inquieta não apenas aos protestantes alemães, como a Suécia, a Dinamarca, a Inglaterra e as Províncias Unidas. Ou seja, inicia-se o envolvimento de outros

Estados, dando assim o aval para o começo de um conflito de caráter internacional (MAGNOLI, 2006)

3.2.2 Período Dinamarquês (1624-1629)

Após os ocorridos no conflito na Boêmia e no Palatinado, avançar sobre os protestantes fez com o que o conflito atingisse a primeira camada de um conflito internacional, ainda possuindo um cunho religioso em seu cerne. Segundo Attaran “essa primeira porção da Guerra deixou a balança de poder entre os Estados Protestantes e Católicos fortemente a favor dos Católicos. ” (ATTARAN, 2016). Ao ver os seus irmãos protestantes caírem com o ataque católico na região, Dinamarca decidiu que iria entrar no conflito a fim de que pudesse restaurar o que fora perdido no confronto, a liberdade da Boêmia.

O brilho do período dinamarquês reside no fato de, primeiramente, o seu rei, Cristiano IV, contar com o apoio financeiro da França, que apesar de católica, se opunha veemente à Dinastia dos Habsburgo. Os motivos desta oposição serão expostos no decorrer deste presente escrito.

Dessa forma, mesmo dispondo de um exército com um contingente significativo, o exército protestante não foi o suficiente para combater o mais organizado e experiente exército Imperial a comando de Albrecht von Wallenstein na batalha de Dessau, em 1626. Este último era um nobre tcheco que possuía aos seus serviços dezenas de mercenários, fato este que fora significativo para mais uma vitória do lado dos Católicos. Ao adicionar mais uma vitória aos católicos, cada vez mais Fernando II anseia por demonstrar mais poder sobre os Estados.

No mesmo ano, sob o comando do General Tilly, que havia sido escalado para ser líder dos soldados católicos, na cidade de Lutter am Barenberg, na Alemanha, os católicos desfrutaram da sua segunda vitória. (MAGNOLI, 2012)

João T'Serklaes, conde de Tilly, não era um homem qualquer. Parker (2020) cita que Tilly foi educado por jesuítas, então com isso é possível inferir o caráter fervoroso de inimizade para com os protestantes; ele ainda prossegue a afirmar que o ele reorganizou o exército da Bavária de tal maneira que se tornou eficiente o suficiente para que se tornasse um trunfo na Liga Católica. Ou seja, com a sua experiência e expertise em guerras e conflitos, Tilly havia conseguido fazer com que as tropas protestantes saíssem da cidade, cerca de 20.000 soldados protestantes avançaram contra praticamente o mesmo número de soldados católicos em campo aberto. (HÖRING, 2012, p.26)

Somando um histórico de derrotas contra o exército imperial, o Rei da Dinamarca vê-se na obrigação de render-se e retirar-se do conflito. Como consequência relevante para o conflito, em 1629, Cristiano IV assina o Tratado de Lubeck que retirava parte significativa do poder que ainda restava aos protestantes, onde a Dinamarca receberia os seus territórios podendo exercer controle sobre eles, porém, contanto que não mais interferisse nos assuntos do Império e nem socorresse os Estados protestantes (ATTARAN, 2020, p. 8).

Outra decisão marcante neste período em específico foi a promulgação do Édito de Restituição. Onde o Imperador obriga a devolução das terras secularizadas pelos protestantes à Igreja Católica (BRANDÃO, 2012, p. 12). Schiller afirma que a decisão veio como um relâmpago por toda a Alemanha Protestante. Onde os protestantes estão mais convictos ainda de que a supressão de sua religião foi resolvida pelo Imperador e pela liga, contando os dias finais da liberdade germânica. Esse édito provocou insatisfações nos Estados Protestantes, mas quaisquer tentativas de reverter o que fora feito não surtiria efeito, pois, o medo do Imperador era maior. Ou seja, foram forçados à submissão. (SCHILLER, 2004, p. 74)

3.2.3 Período Sueco (1630-1635)

O período Sueco introduz definitivamente ao conflito o seu caráter de cunho político e internacional, ignorando a partir de então, aos poucos, a sua religiosidade e o sentimento de impedir o avanço Protestante. Por quais motivos este período se destaca como o ponto de mudança? Isso é explicado pelo fato da França entrar de forma mais efetiva no confronto, não diretamente, continua nos bastidores, mas ainda assim com uma maior participação se comparado ao conflito anterior; além disso, é um período em que o placar da guerra começa a mudar.

Em primeiro lugar, é válido uma representação de como a Europa se encontrava neste período. Até o presente momento tem-se o Imperador Fernando II o qual vem obtendo diversas conquistas e aumentando o seu poder tanto religioso – que era o principal para início de conversa – e o seu poderio político, aumentando propositalmente a sua extensão territorial, com suas áreas de influência devidamente refletindo o seu poder perante os demais Estados. Então além de termos os Estados que compõe naturalmente Sacro Império Romano-Germânico, temos finalmente Fernando II alcançando os Estados situados ao norte da Alemanha.

Para todo e qualquer estadista, esta situação não era favorável aos olhos de nenhum Estado inimigo ao Imperador, muito menos para dois que serão o carro chefe deste conflito,

França e Suécia. Estes dois países possuem motivações distintas mas compartilham de um mesmo sentimento, que seria acabar com a influência e poder de Fernando II. É possível compreender esta afirmação a partir da análise da situação Sueca. Após isso, será fundamentada a razão francesa, que será o ponto principal da sua participação.

Gustavo Adolfo é o nome da figura que será de extrema importância para o andamento da Guerra no seu pico mortífero e político. Gustavo, 1594-1632, era rei da Suécia e exímio líder que colocou a Suécia como uma potência durante o seu reinado (1611-1632) e considerado por muitos como o Pai da Guerra Moderna. Gustavo levava esse nome pelo fato do seu exército ser considerado um dos mais preparados e modernos no período em questão. Não somente isso como também ter sido um dos primeiros a utilizar artilharia móvel, armamento este que à época era inteligente e eficaz. Schiller descreve em seu livro que:

Ele era indisputavelmente o melhor general de sua época, e o soldado mais valente no exército que ele tinha formado. Familiarizado com as táticas da Grécia e Roma, ele tinha descoberto uma forma mais efetiva de combate, a qual foi adotada como modelo pelos comandantes mais eminentes dos anos subsequentes. Ele reduziu os pesados esquadrões de cavalaria e tornou seus movimentos mais leves e rápidos; e, com a mesma visão, ele alargou os intervalos entre seus batalhões. (SCHILLER, 2004, p.81) (Tradução Livre)

Sendo assim, em se tratando de exército e guerras, Gustavo era notoriamente reconhecido e se destacava entre os demais. De que forma então ele entraria na guerra? O Rei sueco era religioso e era seguidor do protestantismo, naturalmente, ao perceber que o avanço imperial já chegara ao norte da Alemanha, ele viu-se de certa forma ameaçado em duas frentes: a primeira era territorialmente, visto que ele estaria cercado com a conquista das terras ao norte; e religiosamente, onde acima de tudo, Gustavo prezava pela liberdade dos cultos e dos Estados protestantes, os quais ele fazia parte.

Dessa forma, de forma inédita e revolucionária, a França embarca neste conflito agindo por trás dos panos, porém, em uma maneira mais incisiva. A França era responsável pelo apoio financeiro à Suécia. Os motivos que levaram um Estado católico a apoiar um Estado protestante estavam bastante óbvios para o seu então primeiro ministro francês Cardinal de Richelieu. Richelieu observava a situação com outros olhos e agia da forma que julgava ser correta e saudável para o seu Estado. Horing cita que “Richelieu soube separar os assuntos de questões temporais dos assuntos religiosos; [...]”. Contextualizando, ao analisar-se o mapa e verificar a situação francesa, é possível enxergar que ela se encontrava cercada pela família dos

Habsburgo. Ou seja, geopoliticamente era uma situação que colocava a França em extrema desvantagem e que exigiria dela uma posição não convencional para sair vitoriosa.

O apoio financeiro aos suecos por meio do Tratado de Bärwalde (1631) garantiria a autenticação desse encontro Protestante e Católico contra os Habsburgo e o império. Sendo assim, Gustavo avança sobre as tropas imperiais no norte da Alemanha e conquista a primeira vitória para os Protestantes na batalha de Breitenfield. Foi exatamente sob o exército do infame General Tilly que os protestantes obtiveram uma vitória esmagadora, assim, abrindo os horizontes para possivelmente uma mudança no placar.

A segunda vitória do exército protestantes guiado pelo Gustavo Adolfo veio quando eles avançaram mais ao sul na intenção de frear com mais intensidade as forças do exército de Tilly o que, no decorrer da batalha, sofreu ferimentos que custaram a sua vida. Mais uma vez, na Batalha do Rio Lech, os protestantes saíram vitoriosos.

Então o que se tem exposto até o presente momento é o exército imperial, que outrora detinha condições e força, sentindo os impactos das suas derrotas. Essas derrotas custaram vidas de inocentes e perdas territoriais significativas, além de abalos na estrutura hegemônica do Sacro Império de Fernando II. Repara-se nitidamente que o intuito atual desse avanço reside intimamente no esforço de enfraquecer territorialmente o Império, alterando, em grande maioria, todo o aparato religioso que era forte nos períodos anteriores. Conclui-se então que a situação está igualada perante os dois lados, mas essa igualdade será alterada em 1632.

O ano de 1632 refere-se a morte do glorioso Gustavo Adolfo enquanto este avançava as suas tropas à cidade de Lützen. Houve vitória protestante sobre as tropas de Wallenstein, porém, em troca da vitória, o seu maior general e rei sueco tomba. E esse evento provocou uma reação em cadeia que alterou completamente o mais organizado e respeitoso exército sueco. Magnoli traz em seu texto uma explicação de como esse desfalque mudou e alterou os combatentes protestantes. Ele cita que em grande maioria, os exércitos eram compostos por suecos e também por mercenários. E é neste contexto que se encontra o real problema, que seria a presença desses nas composições do exército. Pois, a partir do momento em que a figura de liderança se esvai, tornam-se apenas uma concentração de homens seguindo o que melhor lhe convém como saqueamentos, mortes desnecessárias, amotinções por falta de pagamentos. Pois, como já escrevera Maquiavel, um século antes, em *O Príncipe*, “sem ter armas próprias, nenhum principado está seguro [...] se alguém tem seu Estado apoiado nas tropas mercenárias,

jamais estará firme e seguro, porque elas são desunidas, ambiciosas, indisciplinadas, infiéis [...].” (MAGNOLI, 2006, p. 193)

Em meio a essa situação de desordem e falta de controle, Fernando II recupera o controle da situação, avança mais uma vez sobre as tropas recuperando os territórios perdidos pelos Protestantes. Os suecos deixam, aparentemente, de ser uma ameaça à estabilização do Império; diante disso, os protestantes, sem seus principais aliados, procuram encontrar uma solução pacífica para o conflito, o que culminou com o Tratado de Praga, quando se fizeram importantes concessões aos protestantes, modificando-se, inclusive, algumas resoluções do Edito de Restituição. (BRANDÃO, 2012, p. 15.

3.2.4 Período Francês (1635-1648)

Em 1632 Gustavo Adolfo, rei da Suécia, morre em combate. As tropas de Fernando II, que aproveitaram essa brecha significativa no lado protestante, fazem sua investida e conseguem recuperar os territórios outrora perdidos. Desde então, os católicos aumentavam cada vez mais a sua dominação, basicamente voltando à estaca zero. Sendo assim, a França que agia por trás dos panos durante dez anos fornecendo apoio aos protestantes com um objetivo claro de causar a ruína dos Habsburgo, agora ingressa de forma definitiva na guerra.

Ao chegarmos neste ponto é possível dizer que a ideia por trás da matança, conquistas e reconquistas desta guerra ultrapassou o seu caráter religioso a partir do momento em que fatores geopolíticos claros são colocados em pauta e, conseqüentemente, lutam por isso. Por exemplo, Dinamarca e Suécia, antes de entrarem no conflito, guerreavam pela soberania na região báltica. Região esta que possuía o seu extremo valor e importância pois contava com o comércio constante com o norte da Europa, além de deter o controle do mar Báltico. Não existia um aparato religioso no conflito entre eles e, assim mesmo, ambos ingressaram na Guerra ao lado do protestantismo. Seria errôneo afirmar que não havia, neste ingresso, a sua parte religiosa, mas era nítida a força e a velocidade que o Império de Fernando II crescia e afrontava a soberania destes Estados. Era mascarada as reais intenções sob uma premissa de que o intuito era fazer reinar a Religião Católica. Desde o começo, o que os Estados protestantes almejavam era a liberdade do controle Imperial e Papal. Então retornar a esse mundo que lutaram para sair resultaria em um retrocesso. E quem estava atento a essas mudanças imperceptíveis que ocorrem lentamente foi o Cardeal de Richelieu, que contribuiu para que guiasse o último período do conflito ao seu fim.

De acordo com Magnoli (2006) foi somente neste conflito que os protestantes claramente tinham tomado as rédeas do conflito. Esta fase concentra-se contra os dois Estados que representavam a força Habsburga, Espanha e o Sacro Império. Se nos períodos anteriores teve-se uma França nos bastidores, neste período ela definitivamente ingressa na Guerra e ingressa com vantagem. A França, antes de tudo, alinhou-se com os Estados Protestantes mesmo sendo um país católico. Este alinhamento foi cultivado desde o segundo período da guerra pelo Primeiro Ministro francês Cardeal de Richelieu, onde ela supria financeiramente os Estados protestantes aliados. Então, uma vez que não há mais a figura do Rei sueco Gustavo Adolfo, França herda o exército que passa a estar sobre o seu comando um contingente com mais de cento e vinte mil soldados.

Ao se iniciar o conflito, as forças imperiais logo encontraram-se em uma situação de derrota onde é dito que, neste período em questão, a Guerra atingiu o seu pico de mortes e devastação. Enquanto Fernando II empenhava-se para manter a região do Norte do Sacro Império sobre seu comando, a Espanha avançava sobre a França. Não foi o suficiente para que se superasse as tropas protestantes, e nas duas ocasiões os protestantes saíram vitoriosos. Diante de tamanhas perdas, o mais sensato era recorrer ao acordo de paz, que mais à frente ficou conhecido como **Paz de Vestfália**, assinado no ano de 1648, marcando o fim da longa Guerra dos Trinta Anos.

Nas palavras de Brandão (2012):

A França entra na guerra com tropas regulares ao lado dos suecos, segundo Richelieu, numa clara demonstração que a razão de estado deve prevalecer sobre a da confissão religiosa. Em 1636, os suecos vencem em Wittstock e avançam em direção à Morávia, chegando a Praga em 1645; os franceses, por seu turno, já dominam grande parte da Renânia e chegam à Baviera em 1646. Dessa forma, a Alemanha torna-se um campo de batalha dos exércitos francês e sueco, que espalham a peste e o medo; até o próprio Imperador teve de abandonar Praga. Apesar de tais conquistas, não houve batalhas decisivas nessa fase da guerra, com exceção de Rocroi, em 1643, quando os franceses impuseram uma grande derrota aos espanhóis, iniciando assim as discussões de paz. (BRANDÃO, 2012, p. 15)

Em virtude das perdas incalculáveis de vidas, da magnitude do conflito por si só e pelo tempo em que ele se perpetuou, apenas após quase trinta anos de conflito começaram a ser postos à discussão as negociações de **Paz de Vestfália** entre as partes envolvidas. Mas como todo tratado e negociação, requer tempo. Porém no caso deste conflito, os ânimos religiosos eram altos ao ponto de os católicos e protestantes se recusarem a se reunirem no mesmo local. Sendo assim, as negociações prosseguiram sendo realizadas em dois locais distintos, com o objetivo de manter os Católicos e os Protestantes separados. Os primeiros estavam sediados em

Münster; enquanto os segundos estavam sediados em Osnabrück (ambas cidades da região de Vestefália, norte da Alemanha). Assim, após os períodos de negociações, selou-se a paz no continente europeu, reunindo-se os tratados através do Ato Geral de Vestefália, em 1648. (SILVA; PICININ, 2015)

4. O CARDEAL DE RICHELIEU

O terreno fértil que fora construído por Richelieu culminou na vitória da França sobre a família dos Habsburgo e, assim, resultou no término da Guerra dos Trinta Anos por meio da Paz de Vestfália. Mas o papel do ministro-chefe Francês alcançou níveis que contrariaram as regras sociais e morais implícitas à época de maneira grotesca, e justamente por ir contra o normal da época que foi um dos pontos que o levaram à sua vitória. Isso é explicado a partir da seguinte linha de raciocínio.

A época a qual este trabalho se pautou tem início no século IX com a ascensão de Carlos Magno a Imperador e se estende até a metade do século XVI. Neste espaço de tempo, o presente escrito deixou claro o poder que a Igreja Católica exercia sobre a vida política de toda a população – reis, principados, imperadores, governantes. Então por muito tempo, a principal visão aceita era baseada no que era benéfico da Igreja; as ações ocorriam em prol da Igreja.

Com essa ideia em mente, em um determinado período houve a coalização de muitos insatisfeitos com o então sistema vigente e buscavam a liberdade, em suma, os Protestantes. Primordialmente, com o objetivo de se livrar das amarras do Imperador e da Igreja, buscaram a tão sonhada autonomia política e religiosa, rompendo o vínculo com o Império e a Igreja Católica. Entretanto, qualquer Estado que não concordava com essa visão de rebelião, tinha a obrigação, enquanto parte de um só corpo, de lutar pela proteção do sagrado. Estava nisso instaurada o conflito tema deste trabalho, o qual foi responsável por mobilizar dezenas de milhares de pessoas, soldados que lutavam para a proteção da Religião. Entretanto, Cardeal de Richelieu não enxergava a motivação desta maneira.

Armand Jean du Plessis, mais conhecido como Cardeal de Richelieu foi um fiel seguidor da política de Estado chamada de *raison d'état* (Razão de Estado) que a partir da tradução do livro de Kissinger, pode ser interpretado como o bem-estar do Estado justifica quaisquer meios a serem implantados a fim de que se alcance-o. Onde o interesse nacional supera a noção de uma moralidade universal medieval (KISSINGER, 1994, p 58). Este é o ponto chave que permitiu que houvesse a ruptura do período Medieval, a ideia medieval de política Externa com a Moderna. E a responsável por este salto, este primeiro passo, foi a França e sua Política Externa rebelde.

Este grande estadista que guiou o reino da Europa, enquanto na França ele reprimiu a fúria da facção e a insolência dos nobres, perseguiu calmamente, no meio dos cuidados de uma administração turbulenta, o seu plano de diminuir a ascendência da Casa da Áustria. (SHIFFLER, 2004, p. 170) (Tradução livre)

Os passos de Richelieu podem ser descritos da seguinte forma: primeiramente, perceber a jogada geopolítica acerca do que resultaria a dominação da Família dos Habsburgo para o território francês; em segundo, minimizar o avanço do abalo protestante internamente, o que foi de extrema importância e que foi o diferencial neste conflito; e por último, uma vez declarada a guerra, o passo final que rendeu frutos positivos a longo prazo, que se baseou no financiamento aos países protestantes que estavam guerreando contra o Império, o que representou a batalha de conceitos que revolucionou a forma de se relacionar externamente.

Mapa 4 – França em Relação ao Poder Habsburgo.



MAP 15.1 The Thirty Years' War. The conflict began in the German states as Europe's major powers backed either the northern Protestant Union or the southern Catholic League. As the war progressed, religion receded in importance, replaced by a dynastic struggle between the French Bourbons and the Spanish and Austrian Habsburgs. **2** Compare this map with Map 13.2. Which countries engaged in the war were predominantly Protestant, which were predominantly Catholic, and which were mixed?

View an animated version of this map or related maps at <http://history.wadsworth.com/spielvogel06/>

THE SEARCH FOR ORDER IN THE SEVENTEENTH CENTURY 413

Fonte: reviews.history.ac.uk/review/1792

A primeira ideia que inicia a série de passos e que justifica o comportamento de Richelieu neste conflito está relacionada a um tema que requer, antes de tudo, a compreensão das entrelinhas do conflito, do que representava um possível sucesso do domínio Católico na Europa central. Ao se deparar com a **figura 2**, é possível entender alguns pontos e conectá-los com a Guerra.

A localização geográfica da França é um ponto importante que justifica a sua preocupação. É possível concluir a partir dessa imagem que ela se encontra em uma posição

central, ao nordeste assenta-se o Sacro Império Romano-Germânico de Fernando II da Família dos Habsburgo; ao sul, o reino da Espanha, cujo rei era Filipe IV também da Família dos Habsburgo; além das cidades situadas ao norte da Itália também pertencentes ao domínio Habsburgo. Então o que se tem é uma hegemonia Habsburga sobre dois dos maiores e poderosos Estados da Europa, o que era um dos objetivos desta Família para início de conversa. Esta representação nos leva a admitir que espalhar o poder de sua família em forma de casamentos e assim consolidar uma força ainda maior significou, naquele período em questão, uma atitude esperta para fins políticos. Ou seja, estar em uma posição onde estes são a vizinhança não seria inteligente.

Para combater esta frente, era preciso uma organização interna e externa fortemente consolidada. A França em sua primazia, era um Estado relativamente bem estruturado e forte. Richelieu conseguiu este feito usando e abusando da sua política de Razão de Estado que consistia em utilizar de quaisquer meios para assegurar domínio e força. Na prática, este conceito funcionava da seguinte maneira: De acordo com Watson (1992) era importante a instauração do conceito de *stato* que em outras palavras era o efetivo governo de um reino. E para que isso fosse feito, era de suma importância combinar a concentração do poder do *stato* com o reconhecimento da autoridade e legitimidade do Rei. Representando assim a personificação do Estado na figura de uma única pessoa. Em outras palavras, internamente, uma França unificada, que era um completo oposto em comparação com o Sacro Império Romano-Germânico, seria capaz de dar o primeiro passo para o sucesso em um confronto geopolítico camuflado de religioso.

No livro a Ordem Mundial de Kissinger, o autor faz a seguinte abordagem a respeito da centralização do poder no Rei:

Richelieu requisitou o Estado incipiente e o utilizou como instrumento de alta política. Ele centralizou a autoridade em Paris, criou os chamados intendentess ou administradores profissionais para projetar a autoridade do governo em cada distrito do reino, tornou mais eficiente a arrecadação de impostos e desafiou decisivamente as autoridades tradicionais locais da antiga nobreza. O poder real continuaria a ser exercido pelo rei enquanto símbolo do Estado soberano e uma expressão do interesse nacional. (KISSINGER, 2014, p. 25)

Outro passo fundamental foi quando internamente, o Cardeal, editou a Paz de Alais em 1629, onde vendo o protestantismo crescer em seu território e conseqüentemente gerando conflitos com os católicos decidiu conceder a liberdade de culto para os protestantes franceses afim de abafar as crises religiosas internas que laceravam a Europa Central e unir os dois lados para defenderem os interesses nacionais franceses e garantir a sobrevivência do Estado frente

ao Sacro Império Romano Germânico (BORGES; ALMEIDA, 2019). Isso foi fundamental pois, a inabilidade do Imperador Habsburgo de compreender os interesses nacionais dos Estados de seu Império, somadas a sua recusa em aceitar a validade de tal conceito, permitiu que o primeiro ministro francês subsidiasse os Principados Germânicos protestantes contra o próprio Império. (KISSINGER, 1994, p.61-62)

Este fato liga diretamente com a última ideia que consiste no financiamento dos países protestantes que estavam guerreando contra o Império. Adam Watson discorre de maneira objetiva sobre este evento. Ele afirma que Richelieu tinha que construir uma coalização anti-hegemônica a partir da negociação e persuasão paciente dos Estados protestantes. Pode-se dizer que seguindo esta concepção, qualquer aliado é bem-vindo, especialmente se for este quem irá guerrear. Para que isso fosse possível, foi necessário que a França, nas palavras atuais, “bancasse” os seus aliados, fornecendo subsídios e suporte aos príncipes germânicos anti-imperiais, os quais a maioria eram protestantes. (WATSON, 1992, p. 183-184)

Neste momento a França ingressa indiretamente no conflito, e vale a pena ressaltar que Richelieu subiu ao cargo de Primeiro Ministro durante 1624-1642. Ou seja, o Período Dinamarquês foi inaugurado também a partir do momento que o Cardeal assumiu o cargo, onde começaram as negociações com o Estado protestante e os preparativos a fim de que desestabilizasse a força católica. A França durante este período adota uma postura reclusa, atentando-se apenas em participar de forma indireta. Não somente neste período, mas também no seguinte onde supriu financeiramente o exército sueco de Gustavo Adolfo durante 1630 a 1635. Porém, após a morte do guerreiro líder Sueco, configurou na participação definitiva da França neste conflito, onde não só dispôs de um efetivo que se equiparava ao do Sacro Império como também promoveu investidas com o objetivo de enfraquecer, em todos os âmbitos, a força da Família Habsburgo.

Mas o que chama a atenção dos estudiosos é a seriedade com a qual Richelieu levou os seus assuntos no decorrer de sua estadia como Primeiro Ministro francês. O que surpreendeu e que se tornou um caso sem precedentes é a tamanha aplicação da *raison d'état* pela França que abandonou a sua condição religiosa para focar apenas no bem-estar de seu país; utilizar quaisquer meios a fim de que seja priorizada o interesse nacional. Em outras palavras, tinha-se uma França católica **ignorando** o seu “dever” para com a eterna e universal Igreja Católica, o que implicaria em um alinhamento **contra** os príncipes protestantes rebeldes da Europa Central e do Norte (KISSINGER, 2014, p. 25). Mas este padrão não foi seguido por ele. Em completo contraste, uma vitória da Contrarreforma era exatamente o que Richelieu estava disposto a

prevenir. Atualmente esta ação leva o nome de Interesse de Segurança Nacional, mas naquela época foi adotada de Razão de Estado, o que definitivamente significou, a partir de todos os motivos devidamente fundamentados e discorridos nos parágrafos anteriores, que Richelieu estava preparado a se juntar com os príncipes protestantes. (KISSINGER, 1994, p.60)

Portanto, as ações de Richelieu se originaram a partir de uma análise rápida e lógica, livre de quaisquer pensamentos voltados à Religião ou compromissado com a causa imperial acerca da situação política europeia. O objetivo do Cardeal era promover o bem-estar e o crescimento do Estado francês perante os demais. E a única forma de atingir este objetivo era por meio de uma diplomacia inédita, que visava puramente os interesses Estatais sem quaisquer vínculos com os parceiros baseado em convicções religiosas.

No momento em que o Cardeal vem a óbito, em 1642, a guerra ainda continuaria por 6 anos. Mas nesse período, a supremacia protestante era indiscutível, o que pode ser explicado pelo seu desempenho nos momentos finais da Guerra quando saiu vitorioso contra o Sacro Império e contra a Espanha, respectivamente ao norte do Sacro Império e na fronteira com a França. Essa superioridade permitiu que fossem discutidos acordos os quais levariam à Paz de Vestfália.

O mais importante é o fato de que mesmo após os eventos da Guerra e da liderança de Richelieu, ele ainda influenciaria a forma como os Estados seriam regidos após 1648. A Paz de Vestfália estabeleceu um pressuposto de reciprocidades, um direito internacional com pactos regulando relações internacionais. Os Estados então não mais se sujeitariam às normas morais externas a eles próprios e, a partir deste tratado, impõem uma lógica de dominação pragmática, que passou a ser conhecida pela expressão “Razão de Estado”. Ou seja, a partir deste conjunto de Tratados, deu o surgimento de toda a política moderna e contemporânea, que é baseada no reconhecimento da legitimidade dos Estados e na constituição de um conjunto político de nações que se reconhecem como parte de um sistema em que rege um direito internacional. (MAGNOLI, 2006)

Com isso, as suas principais transformações foram: **1)** A revogação o Edito de Restituição, decidindo que as terras da Igreja ficariam nas mãos daqueles que as possuísem em janeiro de 1624; **2)** praticamente manteve as cláusulas da Paz de Augsburgo, como o princípio *cuius regio, eius et religio*, no qual os príncipes impõem a religião a seus territórios, independentemente da vontade do povo; **3)** permitiu que os príncipes adquirissem maior autonomia em relação ao Imperador, apesar de estarem ainda sujeitos à lei imperial; **4)** ratificou a fragmentação da Alemanha em mais de duzentos estados, nos quais não havia uma consciência nacional; **5)** preparou o caminho para a política de engrandecimento da França, que

passa a ser o Estado mais poderoso da Europa e terá na figura de seu rei, Luís XIV, o paradigma do soberano absoluto. O que pode ser explicado pelo simples fato de, em primeiro lugar, a França ganhar o território da Alsácia, estabelecer sua fronteira na margem oeste do Reno e também ganhar Metz, Toul e Verdun. Não somente isso, como também ela se torna o Estado Mais poderoso pelo fato do Império reduzir-se a praticamente à Áustria e à Hungria, as quais continuaram sob domínio Habsburgo (MAGNOLI, 2006, p.195-196). Essa configuração nova e consequência era exatamente o que a França almejava desde o início, o que torna assim uma completa vitória aos franceses; **6**) assinalou o fim da concepção medieval europeia com o surgimento do Estado moderno. (BRANDÃO, 2012, p.16)

Dessa forma, o que fora posto em prática por Richelieu e que soou como loucura aos olhos de muitos líderes à época renderam bons frutos à Corte Francesa e contribuiu para a evolução da diplomacia e a forma como os Estados devem se guiar no meio internacional.

5. CONCLUSÃO

À princípio, a curiosidade sobre a forma como determinados fatores específicos como religião, política e economia tomaram forma e resultaram em um conflito de magnitudes extensas justificaram a elaboração da presente monografia. Não somente isso, a sua evolução gradual e imperceptível para uma guerra internacional com motivações de caráter moderno é interessante, uma vez que as suas consequências afetaram significativamente os Estados a partir do final do confronto.

Diante disso, analisar a influência do Cardeal de Richelieu nos desdobramentos da Guerra dos Trinta Anos tornou-se o objetivo norte do presente trabalho. Pois, uma vez reunida munção suficiente, seria possível realizar a análise e comprovar se de fato a sua participação no conflito trouxe novos ventos. E de acordo com o que fora elaborado e exposta, o objetivo foi atendido, visto que em seu capítulo específico, essa análise foi justificada a partir de uma discussão geopolítica sobre o que consistia em uma possível dominação Habsburga e a linha de ação de como o Cardeal obteve sucesso perante à ameaça iminente. Dessa forma, os capítulos e subcapítulos anteriores foram importantes para que houvesse uma bagagem necessária a fim de que se compreendesse em sua totalidade a sua influência.

Uma vez confirmado que o Objetivo foi atendido, foi visto que os objetivos específicos, que serviram como guia para o referente trabalho, também foram devidamente atendidos. Isso é justificado pois, em primeiro lugar, foi contextualizado o conflito entre os Habsburgo e os Príncipes protestantes. Onde antes de tudo foi necessária a compreensão da história da Igreja Católica que teve uma influência significativa no Sacro Império Romano-Germânico, mas principalmente na casa dos Habsburgo, onde obteve mais força e domínio sobre os diversos principados e principalmente sobre o Imperador. Com base nisso, o ponto de ruptura teve início com a Reforma Protestante de Martinho Lutero a qual se alastrou por toda a Europa causando críticas ao catolicismo, o poder demasiado da Igreja e, em outras palavras, almejaram a substituição da visão medieval religiosa vigente. Essa nova corrente era acompanhada de insatisfações a nível governamental, onde uma boa parcela dos principados germânicos optou pela ruptura com a Igreja Católica e com o Sacro Império por motivos que estavam variando entre a religiosidade e o interesse nacional.

Em segundo lugar, foi possível entender o papel do Cardeal de Richelieu e relacioná-lo com o Tratado de Vestfália. O papel do Cardeal foi fundamental e, de acordo com o que foi

analisado no presente escrito, de suma importância para a mudança na mentalidade dos envolvidos e do curso do conflito. Foi possível constatar que, mesmo pertencendo ao Catolicismo desde sua origem, na prática, a política externa francesa foi pautada na camaradagem com os protestantes, imbuída da política de *raison d'état* – Razão de Estado – o que foi indispensável para a sua boa atuação e desempenho no conflito. Foi a partir desta política, encabeçada por Richelieu, que foi possível frear um domínio Habsburgo na região – o que seria desastroso para a França geopoliticamente falando – e, a partir disso, obter sucesso em enfraquecer o Sacro Império. A Paz de Vestfália, encerrando este conflito marcante, contou com uma série de mudanças que foram premeditadas, a grosso modo, por Richelieu, a mais notável foi a não mais subordinação ao Imperador e ao Papa. Uma plena característica ir governar ao bel interesse nacional sem a interferência de outrem na sua política externa.

Em terceiro lugar, a Razão de Estado foi analisada e contextualizada. Isso foi atingido pois, a partir do momento em que se aborda as políticas de Richelieu, é impossível não articular sobre este conceito. Foi visto que a Razão de Estado foi a estrela-guia de Richelieu e permitiu que saísse ele vitorioso, uma vez que em seu sentido claro, a sua definição era a utilização de quaisquer meios para a preservação dos interesses nacionais. Um Estado católico se voltando contra o Império e se juntando e apoiando os Estados protestantes foi determinante na aplicação da *raison d'état* na sua diplomacia de características modernas.

Com esses pontos elencados, é possível confirmar que a pergunta problema da pesquisa foi respondida. Uma vez que fica claro ao final desta monografia que a inovação apresentada por Richelieu em aliar-se com os inimigos do Império e fornecer ajuda financeira e militar, permitiu que os rumos da Guerra fossem alterados. Não somente isso como também levar em consideração as diversas possibilidades geopolíticas em decorrência do Aumento ou Diminuição do poder do imperador. Esses fatores somados à inteligência nata de liderança de Richelieu fez com que sua chegada no conflito impactasse de forma favorável aos seus interesses a Guerra dos Trinta Anos.

Mas todas essas conclusões foram apenas possíveis a partir de uma profunda pesquisa bibliográfica em artigos científicos, sítios da *internet* e Livros acerca do assunto. A Guerra dos Trinta Anos possui uma vasta bibliografia disponível para os estudos, isso se dá pois não compõe apenas um único assunto. Por muita das vezes, o tema encontrava-se relacionado com outro de extrema relevância, como por exemplo, o lado econômico, político, o lado histórico do conflito e, principalmente, o lado religioso. Então essa combinação permitiu aumentar o

nível de entendimento e compreender as diferentes formas que o conflito impactou a Europa naquele período.

Porém, em se tratando das limitações encontradas para o desenvolvimento do trabalho, pode-se apontar em primeiro lugar o volume das leituras. Ao mesmo tempo em que o assunto parece simples e objetivo, pode ser facilmente engolfado por outro assunto de igual relevância que, para que seja completamente compreendido, requer aprofundamentos que podem desviar o foco do trabalho com extrema facilidade.

Outra limitação encontrada é a disponibilidade dos materiais bibliográficos. É afirmativo a vasta bibliografia sobre o assunto, porém, em se tratando dos livros de autores com o tema mais aprofundado e disponibilizado de forma gratuita é extremamente limitada. As diversas obras com uma visão mais detalhada sobre o assunto muitas vezes encontram-se disponíveis apenas mediante a compra, o que muitas vezes torna inviável a leitura de forma gratuita nos sites online. Ou seja, a condição financeira para adquirir outras fontes tornou-se um limitador. Não impediu a elaboração do presente trabalho, pelo contrário, é um incentivo para que se busque outros meios disponíveis e trabalhar com o disponível. Porém em níveis de detalhes, ao se possuir mais fontes, permite o enriquecimento da pesquisa e do trabalho como um todo. Não somente isso como também se torna mais eficiente o desenvolvimento do trabalho.

Ao expor à luz as dificuldades enfrentadas durante a elaboração do trabalho, espera-se que sirva de ensinamentos e guia para os trabalhos subsequentes visando o mesmo tema. Este trabalho não tem por objetivo chegar à conclusão de forma definitiva sobre o assunto, tampouco servir de verdade absoluta sobre o ocorrido. A graça da ciência reside na possibilidade de os ensinamentos servirem como referência e uma pequena base para o compartilhamento do conhecimento. Retirando assim apenas o que lhe for conveniente e importante para sua pesquisa.

Por fim, elucidados o contexto histórico do surgimento da importância da Igreja Católica como instituição; a notabilidade do Sacro Império Romano-Germânico juntamente com o projeto de universalidade da Igreja; juntamente com as depressões e desgastes internos religiosos a partir de Martinho Lutero e o protestantismo; bem como o estopim do conflito religioso e a sua metamorfose para um embate internacional com objetivos claros inaugurados por Richelieu, pode-se concluir a influência do Cardeal, na sua forma primária de diplomacia

moderna, que marca o começo do que seria o padrão nas Relações Internacionais Contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, M.A.F. *A LIBERDADE CRISTÃ EM CALVINO – Uma resposta ao Mundo Contemporâneo*. Tese (Doutorado em Teologia) – Programa de Pós-graduação, PUC-Rio, Rio de Janeiro.
- BARROS, J.A. Império e papado na Idade Média: reflexões historiográficas sobre duas realidades em conflito. *Textura*, Canoas, n. 14, p.47-57, jul/dez. 2006.
- BARROS, J.A. Cristianismo e política na Idade Média: as relações entre o papado e o império. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 7, n. 15, p. 53-72, dez. 2009.
- BARSA. Trinta Anos, Guerra dos. Disponível em: <http://www.barsa.planetasaber.com/brasil/asp/Preview3.asp?IdPack=3&IdPildora=11717030>. Acesso em 29 de outubro de 2020.
- BRANDÃO, Antônio Jackson de Souza. Guerra dos trinta anos: imagens de um período de transição. *Revista Acadêmica*, São Sebastião, Ano 4, n. s6- 8, p. 5-29, 2012.
- CHAVES, Eduardo. LUTERO, CARLOS V E O CONTEXTO DO SACRO IMPÉRIO ROMANO. Disponível em: <https://reformation.space/2017/05/30/lutero-carlos-v-e-o-contexto-do-sacro-imperio-romano/>. Acesso em 11 de outubro de 2020.
- CHINAGLIA, P. H; VIANA, W. C. Estado Westfaliano versus Estado-Nação e seus reflexos nas Colônias da América. *Ciências humanas [recurso eletrônico]: características práticas, teóricas e subjetivas 2*, Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019
- CUNHA, Carolina. História - 500 anos da Reforma Protestante; entenda seu contexto e desdobramentos. Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/historia-500-anos-da-reforma-protestante-entenda-seu-contexto-e-desdobramentos.htm#:~:text=Guerras%20Religiosas,na%20Fran%C3%A7a%20e%20na%20Inglaterra>. Acesso em 5 de outubro de 2020.
- FEBNET. A REFORMA PROTESTANTE. Disponível em: <https://www.febnet.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Mod-2-Rot-25-A-reforma-protestante.pdf>. Acesso em: 03 de outubro de 2020.
- FERNANDES, Fátima Regina. O Conceito de Império no Pensamento Político Tardio Medieval. In: LIMA, Luís Filipe Silvério e SILVA, Luiz Geraldo (Orgs.) *Facetas do Império na História: conceitos e métodos*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 185-98..
- FLIEDNER, Federico. *Martin Lutero – su vida y su obra*. Barcelona: Clie, 2004, p. 68.
- GAARDER, J; HELLERN, V; NOTAKER, H. *O livro das Religiões*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GIFEX. Sacro Imperio Romano Germánico 1512. Disponível em: https://www.gifex.com/detail/2009-12-21-11423/Sacro_Imperio_Romano_Germanico_1512.html. Acesso em 14 de dezembro de 2020.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HISTOBLOG. O Reino franco e a igreja católica. Disponível em: <http://histoblogsu.blogspot.com/2009/03/o-reino-franco-e-igreja-catolica.html>. Acesso em 9 de outubro 2020.

KISSINGER, Henry A. Diplomacy. 1. ed. New York: Simon & Schuster, 1994.

Kissinger, Henry A. Ordem mundial [recurso eletrônico]. Tradução Cláudio Figueiredo. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. Recurso digital.

LEANDRO, Danilo. *ARQUIVO CONFIDENCIAL #47: CARLOS V, o imperador Habsburgo mais poderoso do SACRO IMPÉRIO*. 2017. 30 min, son, color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Br_1ZEghv8s&ab_channel=CanalHist%C3%B3riaTu. Acesso em: 12 out. 2020.

MacCULLOCH, Diarmaid. *The Reformation – a History*. New York: Penguin Books, 2003, p.23

MAGNOLI, D. História das guerras. História. 3ªed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MAINKA, P. J. O Sacro Império Romano-Germânico por volta de 1500 – um irregulare aliquod corpus et monstro símile? v.23, n.2, 162-184, ago, 2018.

MEDEIROS, Inácio de. A Igreja no Império Romano – Perseguições e Vitória da Igreja. Disponível em: <https://www.a12.com/redacaoa12/historia-da-igreja/a-reforma-luterana>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

MOITA, L. Uma releitura crítica do consenso em torno do sistema vestefaliano. ISSN: 1647-7251. v. 3, n.º 2. pp. 17-43, out, 2012.

NEVES, Daniel. Reforma Protestante. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/reforma-protestante.htm>. Acesso em: 6 de outubro de 2020.

PANASIEWICZ, R; BAPTISTA, P, A, N. A Ciência e seus Métodos. Belo Horizonte: Universidade FUMEC, 2013.

PARKER, N.Geoffrey. Johann Tserclaes, count von Tilly. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Johann-Tserclaes-Graf-von-Tilly>. Acesso em 30 de outubro de 2020.

PASSEIDIRETO. Édito de Restituição x Paz de Alais. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/66551156/trab-historia>. Acesso em 09 de novembro de 2020.

RECCO, Claudio. O Reino Franco. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=558>. Acesso em 14 de outubro de 2020.

ROCHA, L.D; NEUMANN, Ricardo. História das Relações Internacionais I. Palhoça: UnisulVirtual, 2020.

SALOMÃO, Gilberto. Império Carolíngio - apogeu e declínio - Pepino, Carlos Magno e as invasões bárbaras. Uol EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/imperio-carolingio---apogeu-e-declinio-pepino-carlos-magno-e-as-invasoes-barbaras.htm>. Acesso em 19 de setembro de 2020.

SANTANA, Esther. CISMA DO ORIENTE. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/cisma-do-oriente>. Acesso em: 7 de outubro de 2020.

SANTIAGO, Emerson. Paz de Augsburg. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/paz-de-augsburgo/>. Acesso em 26 de outubro de 2020.

SANTOS, João Henrique dos. Da conciliação possível à ruptura: uma análise dos documentos de 1520 de Martinho Lutero / João Henrique dos Santos. – 2009.

SANTOS, J.H.dos. “Fürstenprediger” (O Pregador dos Príncipes): Lutero, intelectual político. *Intellèctus*, ano XIII, n. 1, 2014, p. 34-43.

SCHILLER, Friedrich. The Thirty Years War, Complete. San Diego: Didactic Press. 2015, p 173.

SILVA, C.T.L; PICININ, G.L. REVISTA DO DIREITO PÚBLICO, Londrina, v.10, n.1, p.127-150, jan./abr.2015

SILVA, Daniel Neves. Reforma Protestante. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/reforma-protestante.htm>. Acesso em: 04 de outubro de 2020.

SILVESTRE, A.A. Cisma do Oriente. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/cisma-do-oriente/>. Acesso em: 07 de outubro de 2020.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "O Cisma do Oriente"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/o-cisma-oriente.htm>. Acesso em 09 de outubro de 2020.

SOUTHERN, R.W. Western Society and the Churches in the Middle Ages. New York: Penguin, 1970.

Spanish Fashion at the Courts of Early Modern Europe edited by: José Luis Colomer, Amalia Descalzo Madrid, Centro de Estudios Europa Hispánica, 2014, ISBN: 9788415245445; 844pp.;

TERRA, Kenner. Reforma Protestante: memórias e imaginários. Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões. Revista *Unitas*, v.5, n.2 (n. especial), 2017.

THIAGO. Batalha de Poitiers – 732. Disponível em: https://aminoapps.com/c/eras-historicas/page/blog/batalha-de-poitiers-732/4o1E_7xIYuJEBrjYLRrPZloj2D3m6eZep2. Acesso em: 14 de dezembro de 2020.

WATSON, Adam. The evolution of INTERNATIONAL SOCIETY. 1. ed. New York: Taylor & francis e-Library, 2002.